

**CONTRATO DE ESTRUTURAÇÃO, COORDENAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O REGIME DE MELHORES ESFORÇOS DE COLOCAÇÃO, DE COTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DA CLASSE ÚNICA DO SPARTA INFRA INFLAÇÃO LONGA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas (“Partes”):

**I. CLASSE ÚNICA DO SPARTA INFRA INFLAÇÃO LONGA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA** (“Classe” ou “Classe Única”), fundo de investimento financeiro, constituído sob a forma de condomínio fechado, em classe única, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o nº 58.390.457/0001-30 (“Fundo”), neste ato representado pela instituição responsável pela gestão de sua carteira de ativos, a **SPARTA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, conjunto 61, inscrita no CNPJ sob o nº 72.745.714/0001-30, devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para o exercício profissional de carteiras de valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 8.072, de 14 de dezembro de 2004, neste ato representada na forma de seu contrato social (“Gestora”);

**II. SPARTA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**, acima qualificada, neste ato representada na forma de seu contrato social;

**III. ITAÚ BBA ASSESSORIA FINANCEIRA S.A.**, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 04.845.753/0001-59, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Coordenador Líder”); e

**IV. BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 330, Torre Oeste, 14º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997, na qualidade de administradora fiduciária da Classe, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Administradora” e, em conjunto com a Gestora e a Classe, os “Ofertantes”);

E ainda na qualidade de interveniente anuente:

**SPARTA INFRA INFLAÇÃO LONGA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA RENDA FIXA – RESPONSABILIDADE LIMITADA**, neste ato representado por sua gestora, **SPARTA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**, acima qualificada.

**CONSIDERANDO QUE:**

- (A) a Classe e o Fundo foram constituídos por meio do “*Instrumento de Constituição do Sparta Infra Inflação Longa Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa - Responsabilidade Limitada*”, formalizado em 09 de dezembro de 2024 pela Administradora e pela Gestora (“Instrumento Particular de Constituição”);
- (B) a versão vigente do regulamento do Fundo e do respectivo anexo I da Classe (“Regulamento” e “Anexo I”, respectivamente) foi aprovada por meio do “*Instrumento de Alteração do Sparta Infra Inflação Longa Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa - Responsabilidade Limitada*”, formalizado em 12 de dezembro de 2024 pela Administradora e pela Gestora;
- (C) O Fundo possui uma única classe de cotas, constituída sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado e regida pelo Anexo I do Regulamento;
- (D) o Fundo é regido por seu Regulamento e pelo Anexo I da Classe, pela Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme em vigor (“Resolução CVM 175”) e seu Anexo Normativo I, pelo artigo 3º, §1º, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme em vigor (“Lei nº 12.431”), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- (E) o Fundo e a Classe encontram-se devidamente registrados na CVM, nos termos da Resolução CVM 175;
- (F) a Classe pretende realizar a sua 2ª (segunda) emissão de cotas (“Novas Cotas”), para distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação e sob o rito de registro automático de distribuição, mediante análise prévia da ANBIMA, nos termos do artigo 94 e seguintes da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”) e do Acordo de Cooperação Técnica – Ofertas Públicas, firmado entre a CVM e a ANBIMA em 22 de dezembro de 2022 (“ACT”), do “*Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros*”, da Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Código ANBIMA de Administração e Gestão” e “ANBIMA”, respectivamente), do “*Código ANBIMA de Ofertas Públicas*”, conforme em vigor (“Código ANBIMA de Ofertas” e, em conjunto com o Código ANBIMA de Administração e Gestão, os “Códigos ANBIMA”), das “*Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas*”, conforme em vigor (“Regras e Procedimentos ANBIMA” e, em conjunto com os Códigos ANBIMA, os “Normativos ANBIMA”) e dos demais normativos aplicáveis (“Oferta”);
- (G) a Emissão (conforme abaixo definido), observado o direito de preferência dos atuais cotistas da Classe, e a contratação do Coordenador Líder, dentre outros, foram aprovados por meio do “*Instrumento Particular de Deliberação Conjunta do Sparta Infra Inflação Longa Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa - Responsabilidade Limitada*”, formalizado em [=] (“Ato de Aprovação da Oferta”);
- (H) a Classe pretende contratar o Coordenador Líder para realizar a coordenação, estruturação e distribuição pública da Oferta, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos deste Contrato, da Resolução CVM 160 e demais normativos aplicáveis; e

- (I) o Coordenador Líder, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente habilitada a executar o serviço de distribuição pública de valores mobiliários, concorda em intermediar a Oferta, conforme os termos e condições aqui estabelecidos;

**RESOLVEM** celebrar o presente “*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Cotas da 2ª (Segunda) Emissão da Classe Única do Sparta Infra Inflação Longa Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Infraestrutura - Responsabilidade Limitada*” (“Contrato”), que se regerá pela legislação e pela regulamentação aplicáveis e pelas cláusulas abaixo.

Os termos utilizados neste Contrato, iniciados em letras maiúsculas, que estejam no singular ou no plural e que não sejam definidos de outra forma neste Contrato, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento e no “*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição da 2ª (Segunda) Emissão de Cotas da Classe Única do Sparta Infra Inflação Longa Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Infraestrutura - Responsabilidade Limitada*” (“Prospecto Definitivo” ou “Prospecto”).

Considerando a constituição do Fundo em classe única, para os fins do presente Contrato, toda e qualquer referência ao Fundo também deverá ser interpretada como uma referência à Classe, conforme aplicável, bem como toda e qualquer referência à Classe também deverá ser interpretada como uma referência ao Fundo, conforme aplicável.

## **1. OBJETO**

- 1.1 O presente Contrato tem por objeto a contratação, pela Classe, do Coordenador Líder para estruturar e coordenar a distribuição pública das Notas Cotas, sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Novas Cotas, inclusive eventuais Novas Cotas do Lote Adicional (conforme abaixo definido), nos termos da Resolução CVM 160 e observadas as disposições dos Normativos ANBIMA, devendo para tanto observar o Plano de Distribuição, conforme definido e descrito na Cláusula 4.6 abaixo.

## **2. AUTORIZAÇÃO DA OFERTA**

- 2.1 A Emissão, a Oferta, o Preço de Emissão (conforme abaixo definido), o Preço de Subscrição (conforme abaixo definido) e contratação do Coordenador Líder, dentre outras matérias, foram aprovados por meio do Ato de Aprovação da Oferta.

## **3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS COTAS**

### **3.1 Número da Emissão**

- 3.1.1 Trata-se da 2ª (segunda) emissão de Novas Cotas da Classe (“Emissão”).

### **3.2 Montante Inicial da Oferta**

- 3.2.1 O montante da Oferta será de, inicialmente, R\$ 400.000.099,18 (quatrocentos milhões, noventa e nove reais e dezoito centavos) (“Montante Inicial da Oferta”), sem considerar a Taxa de Distribuição Primária (conforme abaixo

definido), podendo o Montante Inicial da Oferta ser **(i)** aumentado em virtude da emissão total ou parcial do Lote Adicional (conforme abaixo definido); ou **(ii)** diminuído em virtude da possibilidade de Distribuição Parcial (conforme abaixo definido), desde que atingido o Montante Mínimo da Oferta (conforme abaixo definido).

### **3.3 Quantidade de Cotas**

**3.3.1** A quantidade de Novas Cotas será de, inicialmente, 3.978.517 (três milhões, novecentas e setenta e oito mil, quinhentas e dezessete) Novas Cotas (“Quantidade Inicial de Novas Cotas da Oferta”), podendo a referida quantidade ser **(i)** aumentada em virtude da emissão total ou parcial do Lote Adicional; ou **(ii)** diminuída em virtude da possibilidade de Distribuição Parcial, desde que atingido o Montante Mínimo da Oferta.

### **3.4 Lote Adicional**

**3.4.1** Sem prejuízo do disposto acima, os Ofertantes poderão, em comum acordo com o Coordenador Líder, optar por emitir um lote adicional de Novas Cotas, aumentando em até 25% (vinte e cinco por cento) a quantidade das Novas Cotas originalmente ofertadas, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 50 da Resolução CVM 160 (“Lote Adicional”), ou seja, em até R\$ 99.999.999,66 (noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos), sem considerar a Taxa de Distribuição Primária, equivalente a 994.629 (novecentas e noventa e quatro mil, seiscentas e vinte e nove) Novas Cotas (“Novas Cotas do Lote Adicional”), que, somado à Quantidade Inicial de Novas Cotas da Oferta, totalizará 4.973.146 (quatro milhões, novecentas e setenta e três mil, cento e quarenta e seis) Novas Cotas, equivalente a R\$ 500.000.098,84 (quinhentos milhões, noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos), sem considerar a Taxa de Distribuição Primária, sendo certo que a definição acerca do exercício ou não da opção de emissão das Novas Cotas do Lote Adicional ocorrerá no Procedimento de Alocação (conforme adiante definido). As Novas Cotas do Lote Adicional, caso emitidas, serão ofertadas nas mesmas condições, preço e características das Novas Cotas inicialmente ofertadas, sem a necessidade de novo requerimento de registro da Oferta à CVM ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta, sendo que a colocação das Novas Cotas do Lote Adicional também será conduzida sob o regime de melhores esforços de colocação, sob a liderança do Coordenador Líder. As Novas Cotas oriundas do exercício do Lote Adicional, caso emitidas, serão destinadas a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta.

### **3.5 Lote Suplementar**

**3.5.1** Não será outorgada pelos Ofertantes ao Coordenador Líder a opção de distribuição de lote suplementar para fins de estabilização do preço das Novas Cotas, nos termos do artigo 51 da Resolução CVM 160.

### **3.6 Preço de Emissão**

**3.6.1** O preço de emissão de cada Nova Cota será, nos termos do Ato de Aprovação da Oferta, equivalente a R\$ 100,54 (cem reais e cinquenta e quatro centavos) (“Preço de Emissão”), sem considerar a Taxa de Distribuição Primária, e será fixo até a data de encerramento da Oferta, que se dará com a divulgação do anúncio de encerramento da Oferta (“Anúncio de Encerramento”).

**3.6.2** Os custos indicativos para realização da presente Emissão foram calculados com base no Montante Inicial da Oferta e estão discriminados no item 11.2 do Prospecto Definitivo, equivalente a R\$ 3,88 (três reais e oitenta e oito centavos) por Nova Cota, o qual será custeado pela cobrança da taxa de distribuição primária, no montante abaixo definido e pela Gestora no valor de R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos) por Nova Cota.

**3.6.3** A Oferta contará com a cobrança de taxa de distribuição primária, no valor de R\$ 2,42 (dois reais e quarenta e dois centavos) por Nova Cota, a qual será fixa e inalterável, a ser paga pelos Investidores (inclusive pelos Cotistas que exercerem o Direito de Preferência ou terceiros cessionários) adicionalmente ao Preço de Emissão (“Taxa de Distribuição Primária”), cujos recursos serão utilizados para pagamento de parte dos custos e despesas da Oferta, sendo certo que **(i)** eventual saldo positivo da Taxa de Distribuição Primária será incorporado ao patrimônio da Classe; **(ii)** demais custos e despesas da Oferta não arcados pela Taxa de Distribuição Primária serão de responsabilidade exclusiva da Gestora, arcados diretamente ou reembolsados por esta à Classe, conforme aplicável o caso; e **(iii)** Os custos e despesas da Oferta, previstos ou eventuais, não serão imputáveis ao Coordenador Líder e ao Fundo em nenhuma hipótese.

**3.6.4** Assim, o preço de subscrição será equivalente ao Preço de Emissão de cada Nova Cota, acrescido da Taxa de Distribuição Primária, totalizando o valor de R\$ 102,96 (cento e dois reais e noventa e seis centavos) por Nova Cota (“Preço de Subscrição”).

### **3.7 Investimento Mínimo por Investidor**

**3.7.1** A quantidade mínima a ser subscrita por cada Investidor (conforme definido abaixo) no contexto da Oferta será de 1 (uma) Nova Cota, correspondente a R\$ 100,54 (cem reais e cinquenta e quatro centavos), sem considerar a Taxa de Distribuição Primária, e R\$ 102,96 (cento e dois reais e noventa e seis centavos), considerando a Taxa de Distribuição Primária (“Investimento Mínimo por Investidor”), observado que a quantidade de Novas Cotas atribuídas ao Investidor poderá ser inferior ao mínimo acima referido **(i)** caso o total de Novas Cotas correspondente aos Documentos de Aceitação (conforme abaixo definido) exceda o percentual prioritariamente destinado à Oferta Não Institucional, ocasião em que as Novas Cotas destinadas à Oferta Não Institucional serão rateadas entre os Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir o Investimento Mínimo por Investidor; ou **(ii)** na hipótese de Distribuição Parcial, caso o Investidor tenha condicionado sua adesão à Oferta, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, hipótese na qual o valor a ser subscrito pelo Investidor no contexto da Oferta poderá ser inferior ao Investimento Mínimo por Investidor.

**3.7.2** O Investimento Mínimo por Investidor não é aplicável aos Cotistas da Classe quando do exercício do Direito de Preferência.

**3.7.3** Não há valor máximo de aplicação por Investidor em Novas Cotas da Classe, observado o limite máximo de aplicação por Investidor Não Institucional, conforme previsto neste Contrato.

### **3.8 Data de Liquidação**

**3.8.1** A liquidação física e financeira dos Documentos de Aceitação dos Investidores (inclusive dos Cotistas que exercerem o Direito de Preferência ou terceiros cessionários) se dará na data prevista no cronograma indicativo da

Oferta constante do Prospecto (“Data de Liquidação”) e será realizada por meio e de acordo com os procedimentos operacionais da **B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, CEP 01010-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.346.601/0001-25 (“B3”) ou do Escriturador, conforme o caso. A integralização de cada uma das Novas Cotas será realizada em moeda corrente nacional, quando da sua liquidação, pelo Preço de Subscrição, não sendo permitida a aquisição de Novas Cotas fracionadas. Cada um dos Investidores (inclusive Cotistas que exercerem o Direito de Preferência ou terceiros cessionários) deverá efetuar o pagamento do valor correspondente ao montante de Novas Cotas que subscrever, observados os procedimentos de colocação, ao Coordenador Líder.

### **3.9 Registro da Oferta na CVM e Registro na ANBIMA**

**3.9.1** A Oferta será registrada na CVM, sob o rito de registro automático de distribuição na forma e nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, do artigo 94 e seguintes da Resolução CVM 160, dos Normativos ANBIMA e das demais leis, regulamentações e disposições legais aplicáveis ora vigentes.

**3.9.2** O Fundo e a Classe foram registrados na ANBIMA, nos termos do artigo 65 e seguintes do Capítulo XI das Regras e Procedimentos ANBIMA e do artigo 39 do Código ANBIMA de Administração e Gestão.

**3.9.3** A Oferta será registrada na ANBIMA, nos termos dos Regras e Procedimentos ANBIMA, em até 7 (sete) dias contados da data de divulgação Anúncio de Encerramento (conforme abaixo definido).

### **3.10 Registro para Distribuição e Negociação das Cotas**

**3.10.1** As Novas Cotas serão admitidas para (i) distribuição e liquidação no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do Escriturador (conforme abaixo definido), conforme o caso; e (ii) negociação e liquidação no mercado secundário exclusivamente por meio do mercado de bolsa, ambos administrados e operacionalizados pela B3. As negociações, os eventos de pagamento liquidados financeiramente e as Novas Cotas serão custodiadas eletronicamente na B3.

**3.10.2** A **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, acima qualificada, será responsável pela escrituração das Novas Cotas, bem como custódia das Novas Cotas que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3 (“Escriturador” e “Custodiante”).

### **3.11 Características, Vantagens e Restrições das Cotas**

**3.11.1** As Cotas da Classe (i) serão emitidas em série única (não existindo diferenças acerca de qualquer vantagem ou restrição entre as Cotas) e conferirão aos seus titulares idênticos direitos políticos, patrimoniais e econômicos, e aos pagamentos de rendimentos e amortizações; (ii) corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido da Classe; (iii) não serão resgatáveis; (iv) terão a forma escritural e nominativa; (v) conferirão aos seus titulares, desde que totalmente subscritas e integralizadas, direito de participar, integralmente, em quaisquer rendimentos da Classe, se houver; (vi) não conferirão aos seus titulares propriedade sobre os ativos integrantes da carteira da Classe ou sobre fração ideal desses ativos; (vii) no caso de emissão de novas Cotas pela Classe, conferirão aos seus titulares direito de preferência; (viii) corresponderão a um voto nas assembleias da Classe; e (ix) serão registradas em contas de depósito

individualizadas, mantidas pelo Escriturador em nome dos respectivos titulares, a fim de comprovar a propriedade das Cotas e a qualidade de cotista da Classe (“Cotista”), sem emissão de certificados.

**3.11.2** Sem prejuízo do disposto no subitem “(i)” da Cláusula 3.11.1 acima, não podem votar nas assembleias de Cotistas: **(i)** o prestador de serviço, essencial ou não, do Fundo; **(ii)** os sócios, diretores e empregados do prestador de serviço; **(iii)** as partes relacionadas ao prestador de serviço, seus sócios, diretores e empregados; **(iv)** o Cotista que tenha interesse conflitante com o Fundo ou à Classe; e **(v)** o Cotista, na hipótese de deliberação relativa a laudos de avaliação de bens de sua propriedade.

**3.11.3** Não se aplica o disposto na Cláusula 3.11.2 acima quando estas pessoas forem os únicos Cotistas do Fundo, da Classe ou quando houver aquiescência expressa da maioria dos demais Cotistas do Fundo, da mesma classe ou subclasse, conforme o caso, que pode ser manifestada na própria assembleia de Cotistas da Classe ou constar de permissão previamente concedida pelo Cotista, seja específica ou genérica, e arquivada pela Administradora.

## **3.12 Demais Características da Emissão e das Cotas**

**3.12.1** As demais características da Emissão e das Novas Cotas encontram-se descritas no Regulamento e no Prospecto, os quais as Partes declaram conhecer e aceitar.

## **4. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA**

### **4.1 Regime de Distribuição das Cotas**

**4.1.1** As Novas Cotas objeto da Oferta serão distribuídas pelas Instituições Participantes da Oferta (conforme abaixo definido), sob a liderança do Coordenador Líder (conforme abaixo definido), sob o regime de melhores esforços de colocação em relação à totalidade das Novas Cotas, inclusive eventuais Novas Cotas do Lote Adicional, caso venham a ser emitidas, sob a coordenação do Coordenador Líder.

### **4.2 Distribuição Parcial**

**4.2.1** Será admitida, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, a distribuição parcial das Novas Cotas, desde que respeitado o montante mínimo de R\$ 30.000.030,06 (trinta milhões, trinta reais e seis centavos), sem considerar a Taxa de Distribuição Primária, equivalente a 298.389 (duzentos e noventa e oito mil, trezentas e oitenta e nove) Novas Cotas (“Montante Mínimo da Oferta”), sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição da totalidade das Novas Cotas no âmbito da Oferta, desde que seja atingido o Montante Mínimo da Oferta (“Distribuição Parcial”).

**4.2.2** Atingido o Montante Mínimo da Oferta, as Novas Cotas excedentes que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o Período de Distribuição (conforme definido abaixo) deverão ser canceladas pela Administradora.

**4.2.3** Como condição de eficácia de seu Documento de Aceitação (conforme abaixo definido), os Investidores (inclusive os Cotistas que exercerem o Direito de Preferência ou terceiros cessionários) terão a faculdade de

condicionar sua adesão à Oferta a que haja distribuição: **(i)** do Montante Inicial da Oferta; ou **(ii)** de quantidade igual ou maior que o Montante Mínimo da Oferta e menor que o Montante Inicial da Oferta.

**4.2.4** No caso do item “(ii)” acima, o Investidor (inclusive o Cotista que exercer o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) deverá, nos termos do artigo 74 da Resolução CVM 160, no momento da aceitação da Oferta ou do exercício do Direito de Preferência, conforme o caso, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber **(1)** a totalidade das Novas Cotas subscritas; ou **(2)** uma quantidade equivalente à proporção entre o número de Novas Cotas efetivamente distribuídas e o número de Novas Cotas originalmente ofertadas, presumindo-se, na falta de manifestação, o interesse do Investidor (inclusive o Cotista que exercer o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) em receber a totalidade das Novas Cotas objeto do Documento de Aceitação ou do exercício do Direito de Preferência, conforme o caso (“Critérios de Aceitação da Oferta”).

**4.2.5** Caso o Investidor (inclusive o Cotista que exercer o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) indique o item “(2)” acima, o valor mínimo a ser subscrito por Investidor (inclusive o Cotista que exercer o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) no contexto da Oferta poderá ser inferior ao Investimento Mínimo por Investidor.

**4.2.6** Caso não seja atingido o Montante Mínimo da Oferta, a Oferta será cancelada. Caso já tenha ocorrido a integralização de Novas Cotas e a Oferta seja cancelada, os valores depositados serão devolvidos aos respectivos Investidores (inclusive os Cotistas que exercerem o Direito de Preferência ou terceiros cessionários) nas contas correntes de suas respectivas titularidades indicadas nos respectivos Documentos de Aceitação da Oferta, acrescidos dos eventuais rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações da Classe em instituição bancária autorizada a receber depósitos, em nome da Classe, nos termos previstos no artigo 27 da Resolução CVM 175 e do Regulamento, calculados *pro rata temporis*, a partir da respectiva Data de Liquidação, sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos pelo Investidor (inclusive o Cotista que exercer o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, se a alíquota for superior a zero (“Critérios de Restituição de Valores”), no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva comunicação. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos Investidores (inclusive os Cotistas que exercerem o Direito de Preferência ou terceiros cessionários), o comprovante de pagamento dos respectivos recursos servirá de recibo de quitação relativo aos valores restituídos.

**4.2.7** Caso sejam subscritas e integralizadas Novas Cotas em montante igual ou superior ao Montante Mínimo da Oferta, mas inferior ao Montante Inicial da Oferta, a Oferta poderá ser encerrada, pela Administradora e pela Gestora, de comum acordo com o Coordenador Líder, e a Administradora realizará o cancelamento das Novas Cotas não colocadas, nos termos da regulamentação em vigor, devendo, ainda, devolver aos Investidores (inclusive os Cotistas que exercerem o Direito de Preferência ou terceiros cessionários) que tiverem condicionado a sua adesão à colocação integral, ou para as hipóteses de alocação proporcional, os valores já integralizados, de acordo com os Critérios de Restituição de Valores.

**4.2.8** Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos Investidores, o comprovante de pagamento dos respectivos recursos servirá de recibo de quitação relativo aos valores restituídos e os Investidores deverão efetuar a devolução do Documento de Aceitação das Novas Cotas cujos valores tenham sido restituídos.

**4.2.9** Não haverá fontes alternativas de captação, em caso de Distribuição Parcial.



### 4.3 Público-Alvo da Oferta

**4.3.1** A Oferta é destinada a investidores em geral, quais sejam: **(i)** (i.a) nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução da CVM nº 27, de 8 de abril de 2021, conforme em vigor, instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; companhias seguradoras e sociedades de capitalização; entidades abertas e fechadas de previdência complementar; fundos patrimoniais e fundos de investimento registrados na CVM; (i.b) investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, que sejam fundos de investimentos, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, em qualquer caso, com sede no Brasil, assim como (i.c) investidores que não se enquadrem na definição dos itens “(i.a)” e “(i.b)” acima, mas que formalizem Documento de Aceitação em valor igual ou superior a R\$ 1.000.071,38 (um milhão, setenta e um reais e trinta e oito centavos), sem considerar a Taxa de Distribuição Primária, que equivale à quantidade mínima de 9.947 (nove mil, novecentas e quarenta e sete) Novas Cotas, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento (“Investidores Institucionais”); e **(ii)** investidores pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam Investidores Institucionais nos termos do item “(i)” acima e que formalizem Documento de Aceitação em valor igual ou inferior a R\$ 999.970,84 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos), sem considerar a Taxa de Distribuição Primária, que equivale à quantidade máxima de 9.946 (nove mil, novecentas e quarenta e seis) Novas Cotas (“Investidores Não Institucionais” e, em conjunto com os Investidores Institucionais, “Investidores”), em qualquer caso, que se enquadrem no público alvo da Classe, conforme previsto no Anexo I ao Regulamento.

**4.3.2** No âmbito da Oferta, não será admitida a aquisição das Novas Cotas por clubes de investimento constituídos nos termos da Resolução CVM nº 11, de 18 de novembro de 2020, conforme alterada.

**4.3.3** Adicionalmente, não serão realizados esforços de colocação das Novas Cotas em qualquer outro país que não o Brasil.

**4.3.4** Será garantido aos Investidores o tratamento equitativo, desde que a aquisição das Novas Cotas não lhes seja vedada por restrição legal, regulamentar ou estatutária, cabendo ao Coordenador Líder a verificação da adequação do investimento nas Novas Cotas ao perfil de seus respectivos clientes.

### 4.4 Direito de Preferência

**4.4.1** Na presente Emissão, é assegurado aos Cotistas que possuam Cotas no 3º (terceiro) Dia Útil contado da data de divulgação do anúncio de início da Oferta, devidamente subscritas e integralizadas, e que estejam em dia com suas obrigações para com a Classe, o direito de preferência na subscrição das Novas Cotas inicialmente ofertadas (“Direito de Preferência”), conforme aplicação do Fator de Proporção (conforme definido no Ato de Aprovação da Oferta) para subscrição de Novas Cotas.

**4.4.2** A quantidade máxima de Novas Cotas a ser subscrita por cada Cotista no âmbito do Direito de Preferência deverá corresponder sempre a um número inteiro, não sendo admitida a subscrição de fração de Novas Cotas,

observado que eventuais arredondamentos serão realizados pela exclusão da fração, mantendo-se o número inteiro (arredondamento para baixo). Não haverá exigência de aplicação mínima para a subscrição de Novas Cotas no âmbito do exercício do Direito de Preferência.

**4.4.3** Os Cotistas ou terceiros cessionários do Direito de Preferência poderão manifestar o exercício de seu Direito de Preferência, total ou parcialmente, durante o Período de Exercício do Direito de Preferência, observado que: **(i)** até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de início do Período de Exercício do Direito de Preferência (inclusive) junto à B3, por meio de seu respectivo agente de custódia, e não perante as Instituições Participantes da Oferta, observados os prazos e os procedimentos operacionais da B3; ou **(ii)** até o 6º (sexto) Dia Útil subsequente à data de início do Período de Exercício do Direito de Preferência (inclusive) junto ao Escriturador e não perante as Instituições Participantes da Oferta, observados os seguintes procedimentos operacionais do Escriturador: (a) o Cotista deverá possuir o cadastro regularizado junto ao Escriturador; e (b) deverá ser enviado o comprovante de integralização ao Escriturador até o término do prazo referido no item “(ii)” acima, em qualquer uma das agências especializadas do Escriturador indicadas no Prospecto Definitivo (“Período de Exercício do Direito de Preferência”).

**4.4.4** Será permitido aos Cotistas ceder, a título oneroso ou gratuito, seu Direito de Preferência a outros Cotistas ou a terceiros (cessionários), total ou parcialmente: **(i)** por meio da B3, a partir da data de início do Período de Exercício do Direito de Preferência (inclusive) e até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data de início do Período de Exercício do Direito de Preferência (inclusive), por meio de seu respectivo agente de custódia, observados os prazos e os procedimentos operacionais da B3; ou **(ii)** por meio do Escriturador, a partir da Data de Início do Período de Exercício do Direito de Preferência, inclusive, e até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à Data de Início do Período de Exercício do Direito de Preferência (inclusive), observados os procedimentos operacionais da B3 do Escriturador, conforme o caso, durante o Período de Exercício do Direito de Preferência.

**4.4.5** No exercício do Direito de Preferência, os Cotistas: (i) deverão indicar a quantidade de Novas Cotas objeto da Oferta a ser subscrita, observado o Fator de Proporção para subscrição de Novas Cotas; e (ii) terão a faculdade, como condição de eficácia de ordens de exercício do Direito de Preferência e aceitação da Oferta, de condicionar sua adesão à Oferta, nos termos previstos neste Contrato e no Prospecto Definitivo.

**4.4.6** A integralização das Novas Cotas subscritas durante o Período de Exercício do Direito de Preferência será realizada na data de encerramento do Período de Exercício do Direito de Preferência prevista no cronograma indicativo da Oferta (“Data de Liquidação do Direito de Preferência”) e observará os procedimentos operacionais da B3 e do Escriturador, conforme o caso.

**4.4.7** Encerrado o Período de Exercício do Direito de Preferência junto à B3 e ao Escriturador, e não havendo a subscrição e integralização da totalidade das Novas Cotas objeto da Oferta, será divulgado no Dia Útil imediatamente posterior à Data de Liquidação do Direito de Preferência, o comunicado de encerramento do Período de Exercício do Direito de Preferência (“Comunicado de Encerramento do Período de Exercício do Direito de Preferência”) nos Meios de Divulgação (conforme abaixo definido), informando o montante de Novas Cotas subscritas e integralizadas durante o Período de Exercício do Direito de Preferência e a quantidade de Novas Cotas remanescentes que serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta para os Investidores (inclusive os Cotistas que exercerem o Direito de Preferência) da Oferta.

**4.4.8** As Instituições Participantes da Oferta serão responsáveis pela transmissão à B3 das ordens acolhidas no âmbito do Direito de Preferência.

#### **4.5 Direito de Subscrição de Sobras e Montante de Adicional**

**4.5.1** Não haverá exercício de Direito de Subscrição de Sobras e/ou Montante Adicional.

#### **4.6 Pessoas Vinculadas**

**4.6.1** Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Pessoas Vinculadas (conforme adiante abaixo) na Oferta. Para os fins da Oferta, serão consideradas “Pessoas Vinculadas” os Investidores que sejam, nos termos do inciso XVI do artigo 2º da Resolução CVM 160 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução da CVM nº 35, de 26 de maio de 2021, conforme em vigor: (i) controladores, diretos ou indiretos, ou administradores, dos Ofertantes e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores, diretos ou indiretos, e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (iii) funcionários, operadores e demais prepostos do Coordenador Líder e dos Ofertantes, diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) assessores de investimento que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta, pelos Ofertantes, ou por pessoas a eles vinculadas; (vii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens “(ii)” a “(v)” acima; e (viii) fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas mencionadas nos itens acima, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam Pessoas Vinculadas.

**4.6.2** Fica estabelecido que os Investidores que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Documento de Aceitação a sua condição de Pessoa Vinculada.

**4.6.3** Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Cotas inicialmente ofertada no âmbito da Oferta (sem considerar as Cotas do Lote Adicional), não será permitida a colocação de Novas Cotas junto aos Investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 56 da Resolução CVM 160, sendo os respectivos Documentos de Aceitação automaticamente cancelados, observado que, conforme previsto no §1º do artigo 56 da Resolução CVM 160, a referida vedação não se aplica (i) às instituições financeiras contratadas como formadores de mercado; (ii) aos gestores de recursos e demais entidades ou indivíduos sujeitos a regulamentação que exija a aplicação mínima de recursos em fundos de investimento para fins da realização de investimentos por determinado tipo de investidor, exclusivamente até o montante necessário para que a respectiva regra de aplicação mínima de recursos seja observada; e (iii) caso, na ausência de colocação para as pessoas vinculadas, a demanda remanescente seja inferior à quantidade de valores mobiliários inicialmente ofertada.

**4.6.4** Caso não seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Novas Cotas inicialmente ofertada no âmbito da Oferta (sem considerar as Novas Cotas do Lote Adicional), não haverá limitação para participação de Pessoas Vinculadas na Oferta, podendo as Pessoas Vinculadas representarem até 100% (cem por cento) dos Investidores.

**4.6.5** Na hipótese do item “iii” da Cláusula 4.6.3 acima, a colocação das Novas Cotas para Pessoas Vinculadas fica limitada ao necessário para perfazer ao Montante Inicial da Oferta, acrescido do Lote Adicional, desde que preservada a colocação integral junto a pessoas não vinculadas das Novas Cotas por elas demandadas.

#### **4.7 Plano de Distribuição**

**4.7.1** Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder realizará a Oferta, sob o regime de melhores esforços de colocação, de acordo com a Resolução CVM 160, conforme o plano de distribuição adotado em cumprimento ao disposto nos artigos 49, 82 e 83 da Resolução CVM 160, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder, exceto no caso da Oferta Não Institucional, na qual tais elementos não poderão ser considerados para fins de alocação, devendo assegurar durante todo o procedimento de distribuição: (i) que as informações divulgadas e a alocação da Oferta não privilegiem Pessoas Vinculadas, em detrimento de pessoas não vinculadas; (ii) a suficiência, veracidade, precisão, consistência e atualidade das informações constantes do Prospecto e demais documentos da Oferta e demais informações fornecidas ao mercado durante a Oferta; (iii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos Investidores nos termos do artigo 64 da Resolução CVM 160 e diligenciar para verificar se os Investidores acessados podem adquirir as Novas Cotas ou se há restrições que impeçam tais Investidores de participar da Oferta; e (iv) que os representantes dos Participantes Especiais (conforme abaixo definido) recebam previamente exemplares do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas tempestivamente por pessoas designadas pelo Coordenador Líder (“Plano de Distribuição”).

**4.7.2** A Oferta contará com Prospecto Definitivo e lâmina elaborada nos termos do artigo 23 da Resolução CVM 160 (“Lâmina”), a serem divulgados, com destaque e sem restrições de acesso, nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora, da Gestora, das Instituições Participantes da Oferta e da B3, nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160 (em conjunto, “Meios de Divulgação”).

**4.7.3** O Plano de Distribuição será fixado nos seguintes termos:

- (i) a Oferta terá como público-alvo: (a) os Investidores Não Institucionais; e (b) os Investidores Institucionais que se enquadrem no público-alvo da Classe, conforme previsto no Anexo I ao Regulamento;
- (ii) após (a) a obtenção do registro automático da Oferta pela CVM; (b) a disponibilização da Lâmina e do Prospecto Definitivo nos Meios de Divulgação; e (c) a divulgação do Anúncio de Início nos Meios de Divulgação, poderão ser realizadas apresentações para potenciais Investidores (*roadshow* e/ou *one-on-ones*);
- (iii) os materiais publicitários e/ou documentos de suporte às apresentações para potenciais Investidores eventualmente utilizados no âmbito da Oferta serão encaminhados à CVM em até 1 (um) Dia Útil após sua utilização, nos termos do artigo 12, § 6º, da Resolução CVM 160;
- (iv) os Cotistas ou terceiros cessionários que exercerem o Direito de Preferência deverão formalizar sua ordem de investimento durante o Período de Exercício do Direito de Preferência;

- (v) após o término do Período de Exercício do Direito de Preferência, será divulgado Comunicado de Encerramento do Período de Exercício do Direito de Preferência, informando o montante total de Novas Cotas subscritas e integralizadas pelos Cotistas ou terceiros cessionários em razão do exercício do Direito de Preferência e a quantidade de Novas Cotas remanescentes que serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta para os Investidores da Oferta. **CONSIDERANDO QUE O PERÍODO DE COLETA DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTO ESTARÁ EM CURSO CONCOMITANTEMENTE COM O PERÍODO DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE O DOCUMENTO DE ACEITAÇÃO POR ELE ENVIADO(A) SOMENTE SERÁ ACATADO(A) ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE NOVAS COTAS QUE REMANESCEREM APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, CONFORME SERÁ DIVULGADO NO COMUNICADO DE ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, OBSERVADO AINDA, O CRITÉRIO DE RATEIO DA OFERTA E A POSSIBILIDADE DE DISTRIBUIÇÃO PARCIAL;**
- (vi) observado o disposto no item “(vii)” abaixo: (a) durante o período de coleta de intenções de investimento da Oferta, previsto no cronograma indicativo da Oferta, constante do Prospecto (“Período de Coleta de Intenções de Investimento”), o Coordenador Líder receberá os Documentos de Aceitação dos Investidores Não Institucionais; e (b) até a data do Procedimento de Alocação (conforme abaixo definido), inclusive, o Coordenador Líder receberá os Documentos de Aceitação dos Investidores Institucionais, observado, em qualquer caso, o Investimento Mínimo por Investidor;
- (vii) as Instituições Participantes da Oferta, conforme aplicável, deverão receber os Documentos de Aceitação dos Investidores Não Institucionais durante todo o Período de Coleta de Intenções de Investimento e, no caso dos Investidores Institucionais, até a data do Procedimento de Alocação (conforme abaixo definida), inclusive, ainda que o total de Novas Cotas correspondente aos Documentos de Aceitação recebidos durante o Período de Coleta de Intenções de Investimento exceda o percentual prioritariamente destinado à Oferta Não Institucional, de modo que eventual excesso de demanda possa ser corretamente verificado pelo Coordenador Líder no Procedimento de Alocação (conforme abaixo definido);
- (viii) o Investidor Não Institucional, incluindo aquele considerado Pessoa Vinculada, que esteja interessado em investir em Cotas deverá formalizar seu(s) respectivo(s) Documento(s) de Aceitação da Oferta, junto a uma única Instituição Participante da Oferta, durante o Período de Coleta de Intenções de Investimento, conforme disposto no item “(x)” abaixo;
- (ix) o Investidor Institucional, incluindo aquele considerado Pessoa Vinculada, que esteja interessado em investir em Cotas deverá formalizar Documento de Aceitação, junto ao Coordenador Líder, durante o Período de Coleta de Intenções de Investimento, ou enviar Documento de Aceitação para ao Coordenador Líder, até a data do Procedimento de Alocação, inclusive, ainda que o total de Novas Cotas correspondente aos Documentos de Aceitação (conforme abaixo definido) recebidos durante o Período de Coleta de Intenções de Investimento exceda o percentual prioritariamente destinado à Oferta Não Institucional, de modo que eventual excesso de demanda possa ser corretamente verificado pelo Coordenador Líder no Procedimento de Alocação;

- (x) os Investidores interessados na subscrição das Novas Cotas deverão enviar Documento de Aceitação ao Coordenador Líder, podendo indicar, em ambos os casos, a quantidade de Novas Cotas que desejam adquirir, observado o Investimento Mínimo por Investidor, e se desejam condicionar sua adesão à Oferta a que haja distribuição: (i) do Montante Inicial da Oferta; ou (ii) de quantidade igual ou maior que o Montante Mínimo da Oferta e menor que o Montante Inicial da Oferta, em razão da possibilidade de Distribuição Parcial. Ainda, o(s) Documento(s) de Aceitação deverão: (a) conter as condições de integralização e subscrição das Cotas; (b) possibilitar a identificação da condição de Investidor como Pessoa Vinculada; e (c) incluir declaração assinada pelo subscritor de haver obtido exemplar do Regulamento, do Prospecto e da Lâmina, e (d) nos casos em que haja modificação de Oferta, cientificar, com destaque, que a Oferta original foi alterada e incluir declaração assinada pelo Investidor de que tem conhecimento das novas condições da Oferta;
- (xi) cada Instituição Participante da Oferta disponibilizará o modelo aplicável de documento de aceitação a ser formalizado pelo Investidor interessado, observado o disposto no item “(ix)” acima, e que poderá ser assinado por qualquer meio admitido por lei, inclusive eletronicamente, nos termos do artigo 9º da Resolução CVM 160 (“Documento de Aceitação”). As Instituições Participantes da Oferta serão responsáveis pela transmissão à B3 das ordens acolhidas no âmbito dos Documentos de Aceitação;
- (xii) após o término do Período de Coleta de Intenções de Investimento, a B3 consolidará: (a) os Documentos de Aceitação enviados pelos Investidores Não Institucionais, sendo que cada Instituição Participante da Oferta deverá enviar a posição consolidada dos Documentos de Aceitação dos Investidores Não Institucionais, inclusive daqueles que sejam Pessoas Vinculadas, e (b) os Documentos de Aceitação dos Investidores Institucionais, conforme consolidação enviada pelo Coordenador Líder;
- (xiii) os Investidores que tiverem seus Documentos de Aceitação alocados, deverão assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, sob pena de cancelamento dos respectivos Documentos de Aceitação;
- (xiv) posteriormente ao registro da Oferta pela CVM, à divulgação do Anúncio de Início e disponibilização do Prospecto Definitivo e ao encerramento do Período de Coleta de Intenções de Investimento, será realizado o Procedimento de Alocação (conforme abaixo definido), o qual deverá seguir os critérios estabelecidos no Prospecto e neste Contrato;
- (xv) a colocação das Novas Cotas será realizada de acordo com os procedimentos da B3, bem como com o Plano de Distribuição; e
- (xvi) uma vez encerrada a Oferta, o Coordenador Líder divulgará o resultado da Oferta mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento nos Meios de Divulgação, nos termos do artigo 76 da Resolução CVM 160.

#### **4.8 Procedimento de Alocação**

**4.8.1** Haverá procedimento de alocação no âmbito da Oferta, a ser conduzido pelo Coordenador Líder, posteriormente ao término do Período de Coleta de Intenções de Investimento, à obtenção do registro da Oferta e à divulgação do Prospecto Definitivo e do Anúncio de Início nos Meios de Divulgação, para a verificação, junto aos Investidores, inclusive Pessoas Vinculadas, da demanda pelas Novas Cotas, considerando os Documentos de Aceitação

enviados, sem lotes máximos (sendo certo que este não se aplica aos Investidores Não Institucionais, que deverão observar o limite previsto na Cláusula 4.3.1, item (ii), acima), observado o Investimento Mínimo por Investidor, para: **(i)** verificar se o Montante Mínimo da Oferta foi atingido; **(ii)** verificar se haverá emissão, e em qual quantidade, das Novas Cotas do Lote Adicional; **(iii)** determinar o montante final da Oferta, considerando que o Montante Inicial da Oferta poderá ser aumentado em virtude do exercício total ou parcial do Lote Adicional ou diminuído em virtude da Distribuição Parcial, desde que observado o Montante Mínimo da Oferta; **(iv)** determinar o percentual do montante final da Oferta a ser destinado à Oferta Não Institucional (se 20% (vinte por cento) ou maior, nos termos previstos neste Contrato) e, assim, definir a quantidade de Novas Cotas a ser destinada à Oferta Não Institucional e se será necessário aplicar o Rateio previsto na Cláusula 4.8.1 abaixo, caso em que serão observados os Critérios de Rateio da Oferta Não Institucional (conforme abaixo definido); e **(v)** após a alocação da Oferta Não Institucional, realizar a alocação das Cotas junto aos Investidores Institucionais, observados, se necessários, os Critérios de Colocação da Oferta Institucional (conforme abaixo definido) (“Procedimento de Alocação”).

**4.8.2** Poderão participar do Procedimento de Alocação os Investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas, sem limite de participação em relação ao Montante Inicial da Oferta, observado, no entanto, que, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Cotas inicialmente ofertada no âmbito da Oferta (sem considerar as Cotas do Lote Adicional), os Documentos de Aceitação das Pessoas Vinculadas serão automaticamente cancelados, nos termos do artigo 56 da Resolução CVM 160, observado que, conforme previsto no §1º do artigo 56 da Resolução CVM 160, a referida vedação não se aplica (i) às instituições financeiras contratadas como formadores de mercado; (ii) aos gestores de recursos e demais entidades ou indivíduos sujeitos a regulamentação que exija a aplicação mínima de recursos em fundos de investimento para fins da realização de investimentos por determinado tipo de investidor, exclusivamente até o montante necessário para que a respectiva regra de aplicação mínima de recursos seja observada; e (iii) caso, na ausência de colocação para as pessoas vinculadas, a demanda remanescente seja inferior à quantidade de valores mobiliários inicialmente ofertada, sendo certo que esta regra não é aplicável ao Direito de Preferência.

## **4.9 Oferta Não Institucional**

**4.9.1** Durante o Período de Coleta de Intenções de Investimento, os Investidores Não Institucionais, inclusive aqueles considerados Pessoas Vinculadas, interessados em subscrever as Novas Cotas objeto da Oferta deverão preencher e apresentar ao Coordenador Líder da Oferta um ou mais Documentos de Aceitação indicando, dentre outras informações, a quantidade de Novas Cotas que pretendem subscrever (observado o Investimento Mínimo por Investidor e o limite previsto na Cláusula 4.3.1, inciso (ii) acima), os quais serão considerados de forma cumulativa. Os Investidores Não Institucionais deverão indicar, obrigatoriamente, no(s) seu(s) respectivo(s) Documento(s) de Aceitação a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu(s) Documento(s) de Aceitação ser(em) cancelado(s) pela respectiva Instituição Participante da Oferta, conforme demanda a ser observada após o Procedimento de Alocação.

**4.9.2** Observado o disposto acima em relação ao exercício do Direito de Preferência, no mínimo, 20% (vinte por cento) do montante final da Oferta será destinado, prioritariamente, aos Investidores Não Institucionais (“Oferta Não Institucional”), sendo certo que o Coordenador Líder, em comum acordo com a Administradora e a Gestora, poderá aumentar a quantidade de Novas Cotas inicialmente destinada à Oferta Não Institucional até o limite máximo do Montante Inicial da Oferta, podendo considerar, inclusive, as Novas Cotas do Lote Adicional que vierem a ser emitidas.

**4.9.3** Os Documentos de Aceitação serão apresentados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, ressalvado o disposto neste Contrato e no Prospecto, devendo observar as condições previstas no próprio Documento de Aceitação, os procedimentos e normas de liquidação da B3, bem como os seguintes procedimentos:

- (i) fica estabelecido que os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no(s) seu(s) respectivo(s) Documento(s) de Aceitação a sua condição ou não de Pessoa Vinculada. Dessa forma, serão aceitos os Documentos de Aceitação, firmados por Pessoas Vinculadas, sem qualquer limitação, observado, no entanto, que, no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Novas Cotas inicialmente ofertada no âmbito da Oferta (sem considerar eventuais Novas Cotas do Lote Adicional), será vedada a colocação de Novas Cotas para as Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 56 da Resolução CVM 160, observadas as exceções previstas no parágrafo 1º do referido artigo;
- (ii) durante o Período de Coleta de Intenções de Investimento, cada Investidor Não Institucional, incluindo os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, deverá enviar o Documento de Aceitação junto a uma das Instituições Participantes da Oferta, podendo, em razão da possibilidade de Distribuição Parcial, condicionar sua adesão à Oferta a que haja distribuição: (i) do Montante Inicial da Oferta; ou (ii) de quantidade igual ou maior que o Montante Mínimo da Oferta e menor que o Montante Inicial da Oferta, em razão da possibilidade de Distribuição Parcial, de acordo com os Critérios de Aceitação da Oferta;
- (iii) as Instituições Participantes da Oferta serão responsáveis pela transmissão à B3 das ordens acolhidas no âmbito dos Documentos de Aceitação. As Instituições Participantes da Oferta somente atenderão aos Documentos de Aceitação apresentados por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional;
- (iv) no âmbito do Procedimento de Alocação, o Coordenador Líder alocará as Novas Cotas objeto dos Documentos de Aceitação da Oferta em observância aos Critérios de Rateio da Oferta Não Institucional constante da Cláusula 4.8.1, abaixo;
- (v) a quantidade de Novas Cotas adquiridas e o respectivo valor a ser integralizado dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Liquidação pela Instituição Participante da Oferta que houver recebido o(s) respectivo(s) Documento(s) de Aceitação, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico indicado no(s) Documento(s) de Aceitação ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, devendo o pagamento ser feito de acordo com o item “(vi)” abaixo, limitado ao valor do(s) Documento(s) de Aceitação, e ressalvada a possibilidade de rateio observados os Critérios de Rateio da Oferta Não Institucional (conforme abaixo definido); e
- (vi) os Investidores Não Institucionais deverão efetuar o pagamento, à vista e em moeda corrente nacional, com base no Preço de Subscrição, à Instituição Participante da Oferta junto à qual tenha realizado seu(s) respectivo(s) Documento(s) de Aceitação até às 11:00 (onze) horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, o(s) Documento(s) de Aceitação será(ão) automaticamente cancelado(s) pela respectiva Instituição Participante da Oferta; e



- (vii) até às 16:00 (dezesseis) horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Participante da Oferta junto à qual o(s) Documento(s) de Aceitação tenha(m) sido realizado(s), entregará a cada Investidor Não Institucional o recibo de Novas Cotas correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do(s) Documento(s) de Aceitação e o Preço de Subscrição, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento e a possibilidade de rateio previstas neste Contrato de Distribuição e no Prospecto. Caso tal relação resulte em fração de Novas Cotas, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Novas Cotas, desprezando-se a referida fração.

#### **4.10 Critério de Rateio da Oferta Não Institucional**

**4.10.1** Caso o total de Novas Cotas objeto dos Documentos de Aceitação, apresentados pelos Investidores Não Institucionais durante o Período de Coleta de Intenções de Investimento, inclusive aqueles que sejam considerados Pessoas Vinculadas, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do volume final da Oferta (sem considerar as Novas Cotas do Lote Adicional), todos os Documentos de Aceitação, não cancelados serão integralmente atendidos, e as Novas Cotas remanescentes serão destinadas aos Investidores Institucionais, nos termos da Oferta Institucional.

**4.10.2** Entretanto, caso o total de Novas Cotas objeto dos Documentos de Aceitação apresentados pelos Investidores Não Institucionais durante o Período de Coleta de Intenções de Investimento seja superior ao percentual prioritariamente destinado à Oferta Não Institucional, e o Coordenador Líder, em comum acordo com Gestora, decidam por não aumentar a quantidade de Novas Cotas inicialmente destinada à Oferta Não Institucional, este total será rateado entre os Investidores Não Institucionais proporcionalmente ao montante de Novas Cotas indicado nos respectivos Documentos de Aceitação da Oferta inclusive aqueles que sejam considerados Pessoas Vinculadas, limitada ao valor individual de cada Documento de Aceitação, e à quantidade total de Novas Cotas destinadas à Oferta Não Institucional, desconsiderando-se as frações de Novas Cotas (“Critérios de Rateio da Oferta Não Institucional”).

**4.10.3** O Coordenador Líder, em comum acordo com Administradora e a Gestora, poderá manter a quantidade de Novas Cotas inicialmente destinadas à Oferta Não Institucional, qual seja, 20% (vinte por cento) do montante final da Oferta, diminuir ou aumentar tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta, de forma a atender, total ou parcialmente, os referidos Documentos de Aceitação.

**4.10.4** No caso de um potencial Investidor Não Institucional efetuar mais de um Documento de Aceitação, todos os Documentos de Aceitação serão considerados em conjunto, por Investidor Não Institucional, para fins da alocação na forma prevista acima. Os Documentos de Aceitação que forem cancelados por qualquer motivo serão desconsiderados na alocação descrita acima.

**4.10.5** Em hipótese alguma, o relacionamento prévio das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Ofertantes com determinado Investidor Não Institucional, ou considerações de natureza comercial ou estratégica, seja das Instituições Participantes da Oferta, poderão ser consideradas na alocação dos Investidores Não Institucionais.

#### **4.11 Oferta Institucional**

**4.11.1** Após a divulgação do Comunicado de Encerramento do Período de Exercício do Direito de Preferência e o atendimento dos Documentos de Aceitação apresentados pelos Investidores Não Institucionais, as Novas Cotas remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio do Coordenador Líder, não sendo admitidas, para tais Investidores Institucionais, reservas antecipadas e não sendo estipulados valores máximos de investimento, observados os seguintes procedimentos (“Oferta Institucional”):

- (i) os Investidores Institucionais, inclusive aqueles considerados Pessoas Vinculadas, interessados em subscrever Novas Cotas objeto da Oferta deverão apresentar seus Documentos de Aceitação, exclusivamente ao Coordenador Líder, até a data de realização do Procedimento de Alocação, indicando a quantidade de Novas Cotas a ser subscrita, inexistindo recebimento de reserva ou limites máximos de investimento, observado, no entanto, o Investimento Mínimo por Investidor. Os Documentos de Aceitação serão efetuados pelos Investidores Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, ressalvado o disposto no Contrato de Distribuição e no Prospecto, devendo observar, dentre outras previstas no Documento de Aceitação, os procedimentos e normas de liquidação da B3;
- (ii) fica estabelecido que os Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Documento de Aceitação, a sua condição ou não de Pessoa Vinculada. Dessa forma, serão aceitos os Documentos de Aceitação enviados por Pessoas Vinculadas, sem qualquer limitação, observado, no entanto, que, no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Novas Cotas inicialmente ofertada no âmbito da Oferta (sem considerar eventuais Novas Cotas do Lote Adicional), será vedada a colocação de Novas Cotas para as Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 56 da Resolução CVM 160, observadas as exceções previstas no parágrafo 1º do referido artigo;
- (iii) cada Investidor Institucional interessado em participar da Oferta Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar seu Documento de Aceitação;
- (iv) até o final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Liquidação, o Coordenador Líder informará aos Investidores Institucionais, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Documento de Aceitação, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sobre a quantidade de Novas Cotas que cada um deverá subscrever e o valor a ser integralizado; e
- (v) os Investidores Institucionais integralizarão as Novas Cotas, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até às 16:00 (dezesseis) horas da Data de Liquidação, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3. Não havendo pagamento pontual, os Documentos de Aceitação, serão automaticamente desconsiderados.

#### **4.12 Critério de Colocação da Oferta Institucional**

**4.12.1** Caso os Documentos de Aceitação, apresentados pelos Investidores Institucionais excedam o total de Novas Cotas remanescentes após o encerramento do Período de Exercício do Direito de Preferência e o atendimento da Oferta Não Institucional, o Coordenador Líder dará prioridade aos Investidores Institucionais que, no entender do

Coordenador Líder, em comum acordo com os Ofertantes, melhor atendam os objetivos da Oferta, quais sejam, constituir uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Classe e a conjuntura macroeconômica brasileira, bem como criar condições para o desenvolvimento do mercado local de fundos de investimento imobiliário (“Critérios de Colocação da Oferta Institucional”). Ainda, se ao final do Período de Coleta de Intenções de Investimento restar um saldo de Novas Cotas Inferior ao montante necessário para se atingir o Investimento Mínimo por Investidor por qualquer Investidor Institucional, será autorizada a subscrição e a integralização do referido saldo para que se complete integralmente a distribuição da totalidade das Novas Cotas, de modo que referidos Investidor Institucional poderá subscrever e integralizar montante inferior ao Investimento Mínimo por Investidor.

#### **4.13 Disposições Comuns ao Direito de Preferência, à Oferta Não Institucional e à Oferta Institucional**

**4.13.1** Durante o Período de Exercício do Direito de Preferência e durante a colocação das Novas Cotas, o Cotista ou terceiro cessionário que exercer o Direito de Preferência ou o Investidor que subscrever a Nova Cota no âmbito da Oferta, receberá, quando realizada a respectiva liquidação, recibo de Nova Cota que, até a data definida no formulário de liberação, que será divulgado posteriormente à divulgação do Anúncio de Encerramento e do anúncio de divulgação de rendimentos *pro rata* e da obtenção de autorização da B3, não será negociável e não receberá rendimentos provenientes da Classe, exceto pelos rendimentos *pro rata* relacionados aos rendimentos líquidos auferidos pelos investimentos em cotas de fundos de investimento ou títulos de renda fixa, públicos ou privados, com liquidez compatível com as necessidades da Classe (“Investimentos Temporários”). Tal recibo é correspondente à quantidade de Novas Cotas por ele adquirida, e se converterá em tal Nova Cota na data definida no formulário de liberação, que será divulgado posteriormente à divulgação do Anúncio de Encerramento e do anúncio de divulgação de rendimentos *pro rata* e da obtenção de autorização da B3, momento em que as Novas Cotas passarão a ser livremente negociadas na B3.

**4.13.2** Nos termos da Resolução CVM 27 e da Resolução CVM 160, a Oferta não contará com a assinatura de boletins de subscrição para a integralização pelos Investidores das Novas Cotas subscritas. Para os Investidores que não se enquadrem na definição constante no artigo 2º, §2º da Resolução CVM 27 e do parágrafo 3º, do artigo 9º da Resolução CVM 160, o Documento de Aceitação formalizado é completo e suficiente para validar o compromisso de integralização firmado pelos Investidores, e contém as informações previstas no artigo 2º da Resolução CVM 27.

**4.13.3** Ressalvadas as referências expressas ao Direito de Preferência, à Oferta Não Institucional e Oferta Institucional, todas as referências à “Oferta” devem ser entendidas como referências ao Direito de Preferência, à Oferta Não Institucional e à Oferta Institucional, em conjunto.

**4.13.4 CONSIDERANDO QUE O PERÍODO DE COLETA DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTO ESTARÁ EM CURSO CONCOMITANTEMENTE COM O PERÍODO DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE O DOCUMENTO DE ACEITAÇÃO POR ELE ENVIADO(A) SOMENTE SERÁ ACATADO(A) ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE NOVAS COTAS QUE REMANESCEM APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, CONFORME SERÁ DIVULGADO NO COMUNICADO DE ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, OBSERVADO AINDA, O CRITÉRIO DE**

## **RATEIO DA OFERTA E A POSSIBILIDADE DE DISTRIBUIÇÃO PARCIAL.**

### **4.14 Liquidação da Oferta**

**4.14.1** A liquidação financeira das Novas Cotas se dará na Data de Liquidação da Oferta, conforme prevista no cronograma indicativo da Oferta constante do Prospecto, desde que cumpridas as Condições Suspensivas (conforme abaixo definido), conforme aplicáveis, observados os procedimentos operacionais da B3 ou do Escriturador, conforme o caso, sendo certo que a B3 informará ao Coordenador Líder o volume financeiro recebido em seu ambiente de liquidação. O Coordenador Líder fará a liquidação exclusivamente conforme o disposto neste Contrato e no Prospecto.

**4.14.2** A integralização de cada uma das Novas Cotas será realizada em moeda corrente nacional, quando da sua liquidação, pelo Preço de Subscrição, não sendo permitida a aquisição de Novas Cotas fracionadas. Cada um dos Investidores deverá efetuar o pagamento do valor correspondente ao montante de Novas Cotas que subscrever, observados os procedimentos de colocação, ao Coordenador Líder.

**4.14.3** Caso, na respectiva Data de Liquidação, as Novas Cotas subscritas não sejam totalmente integralizadas por falha dos Investidores e/ou das Instituições Participantes da Oferta, a integralização das Novas Cotas objeto da falha poderá ser realizada junto ao Escriturador até o 5º (quinto) Dia Útil imediatamente subsequente à Data de Liquidação da Oferta, pelo Preço de Subscrição.

**4.14.4** Caso após a possibilidade de integralização das Novas Cotas junto ao Escriturador ocorram novas falhas por Investidores e/ou Instituições Participantes da Oferta, de modo a não ser atingido o Montante Mínimo da Oferta, a Oferta será cancelada e as Instituições Participantes da Oferta deverão devolver aos Investidores os recursos eventualmente depositados, de acordo com os Critérios de Restituição de Valores. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos Investidores, o comprovante de pagamento dos respectivos recursos servirá de recibo de quitação relativo aos valores restituídos.

### **4.15 Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação, Suspensão e Cancelamento da Oferta**

**4.15.1** Caso a Oferta seja modificada ou suspensa, nos termos da regulamentação da CVM: **(i)** a modificação ou suspensão deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; e **(ii)** as Instituições Participantes da Oferta deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor (inclusive o Cotista que exercer o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

**4.15.2** No caso de oferta submetida ao rito de registro automático, a modificação de oferta não depende de aprovação prévia da CVM.

**4.15.3** Os Investidores (inclusive os Cotistas que exercerem o Direito de Preferência ou terceiros cessionários) que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente pelas Instituições Participantes da Oferta, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, a respeito da modificação efetuada, para que confirmem à respectiva Instituição Participante da Oferta, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta

da manifestação, o interesse do Investidor (inclusive o Cotista que exercer o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) em não revogar sua aceitação. O disposto nesse parágrafo não se aplica à hipótese de modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Investidores (inclusive os Cotistas que exerceram o Direito de Preferência ou terceiros cessionários), entretanto a CVM pode determinar a sua adoção caso entenda que a modificação não melhora a Oferta em favor dos Investidores (inclusive os Cotistas que exerceram o Direito de Preferência ou terceiros cessionários).

**4.15.4 EM CASO DE SILÊNCIO, SERÁ PRESUMIDO QUE OS INVESTIDORES (INCLUSIVE OS COTISTAS QUE EXERCEREM O DIREITO DE PREFERÊNCIA OU TERCEIROS CESSIONÁRIOS) SILENTES PRETENDEM MANTER A DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO. AS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA DEVERÃO ACAUTELAR-SE E CERTIFICAR-SE, NO MOMENTO DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE ACEITAÇÃO, DE QUE O INVESTIDOR (INCLUSIVE O COTISTA QUE EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA OU TERCEIRO CESSIONÁRIO) ESTÁ CIENTE DE QUE A OFERTA FOI ALTERADA E QUE TEM CONHECIMENTO DAS NOVAS CONDIÇÕES, CONFORME O CASO.**

**4.15.5** Nos termos do parágrafo quarto do artigo 69 da Resolução CVM 160, se o Investidor (inclusive o Cotista que exercer o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) revogar sua aceitação e já tiver efetuado a integralização das Novas Cotas, os valores efetivamente integralizados serão devolvidos de acordo com os Critérios de Restituição de Valores, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da respectiva comunicação.

**4.15.6** A documentação referente ao previsto acima deverá ser mantida à disposição da CVM, pelo prazo de 5 (cinco) anos após a data de divulgação do Anúncio de Encerramento.

**4.15.7** Nos termos do artigo 70 da Resolução CVM 160, a CVM: **(i)** poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se: **(a)** estiver se processando em condições diversas das constantes da Resolução CVM 160 ou do registro automático da Oferta; **(b)** estiver sendo intermediada por coordenador que esteja com registro suspenso ou cancelado, conforme a regulamentação que dispõe sobre coordenadores de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários; ou **(c)** for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro automático da Oferta; e **(ii)** deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis, sendo certo que o prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro automático.

**4.15.8** As Instituições Participantes da Oferta e a Classe deverão dar conhecimento da suspensão aos Investidores (inclusive os Cotistas que exerceram o Direito de Preferência ou terceiros cessionários) que já tenham aceitado a Oferta, ao menos pelos Meios de Divulgação, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16:00 (dezois) horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada ao Investidor (inclusive o Cotista que exercer o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) a suspensão da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Investidor (inclusive o Cotista que exercer o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) em não revogar sua aceitação. Em caso de silêncio, será presumido que os Investidores (inclusive os Cotistas que exerceram o Direito de Preferência ou terceiro cessionário) silentes, conforme o caso, pretendem manter a declaração de aceitação. **AS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA DEVERÃO ACAUTELAR-SE E CERTIFICAR-SE, NO**

**MOMENTO DO RECEBIMENTO DAS ACEITAÇÕES DA OFERTA, DE QUE O INVESTIDOR (INCLUSIVE O COTISTA QUE EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA OU TERCEIRO CESSIONÁRIO) ESTÁ CIENTE DE QUE A OFERTA FOI SUSPensa E QUE TEM CONHECIMENTO DAS NOVAS CONDIÇÕES, CONFORME O CASO.**

**4.15.9** Nos termos do parágrafo 4º do artigo 70 da Resolução CVM 160, a rescisão deste Contrato, decorrente de inadimplemento de quaisquer das Partes ou de não verificação da implementação das Condições Suspensivas (conforme abaixo definido), importa no cancelamento do registro da Oferta.

**4.15.10** As hipóteses de rescisão involuntária previstas neste Contrato, as quais implicam em revogação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 160 e do Ofício-Circular nº 10/2023/CVM/SRE, estão relacionadas a uma alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando do requerimento de registro de oferta pública de distribuição na CVM.

**4.15.11** Nos termos do parágrafo 5º do artigo 70 da Resolução CVM 160, a Resilição Voluntária (conforme definida abaixo), por motivo distinto daqueles previstos acima, não implica revogação da Oferta, mas sua suspensão, até que novo contrato de distribuição seja firmado.

**4.15.12** Nos termos do Ofício-Circular nº 10/2023/CVM/SRE, no caso de ofertas que sigam o rito de registro automático, a eventual revogação da Oferta prescinde de manifestação da CVM, bastando que seja apresentado comunicado ao mercado notificando os Investidores (inclusive os Cotistas que exercerem o Direito de Preferência ou terceiros cessionários) a respeito da referida revogação, bem como de seus fundamentos.

**4.15.13** Eventual adesão de Participantes Especiais após a obtenção do registro automático da Oferta pela CVM mediante a celebração de termo específico, conforme hipótese do artigo 79, §2º da Resolução CVM 160, não configurará incidência de modificação de Oferta, consoante disposto no Ofício-Circular nº 10/2023/CVM/SRE.

#### **4.16 Período de Distribuição**

**4.16.1** A subscrição das Novas Cotas objeto da Oferta deverá ser realizada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da divulgação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 160 (“Período de Distribuição”).

#### **4.17 Formador de Mercado**

**4.17.1** O Fundo contratou o **BANCO FATOR**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com escritório na Rua Doutor Renato Paes de Barros nº 1017, São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 33.644.196/0001-06, para prestar os serviços de formador de mercado para as cotas do Fundo, nos termos do artigo 85, V, da Resolução CVM 175 (“Formador de Mercado”) para a prestação de serviços de formador de mercado, por meio da inclusão de ordens firmes de compra e de venda das Cotas, em plataformas administradas pela B3 na forma e conforme as disposições (i) da Resolução da CVM nº 133, de 10 de junho de 2022, conforme em vigor, (ii) do Manual de Normas Formador de Mercado, (iii) do Comunicado Cetip nº 111, de 06 de novembro de 2006, e (iv) do

Regulamento para Credenciamento do Formador de Mercado nos Mercados Administrados pela B3, anexo ao Ofício Circular 004/2012-DN da B3, com a finalidade de fomentar a liquidez das Cotas no mercado secundário.

**4.17.2** O Formador de Mercado poderá ser substituído, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral, e independentemente de prévia notificação judicial ou extrajudicial, (i) se o Fundo ou o Formador de Mercado infringir alguma das cláusulas ou condições estipuladas no “Contrato de Prestação de Serviços de Formador de Mercado”, celebrado em 26 de junho de 2025 (“Contrato de Formador de Mercado”), (ii) caso ocorra alterações por força de lei ou regulamentação que inviabilizem os serviços a serem prestados pelo Formador de Mercado no âmbito do Contrato de Formador de Mercado, (iii) seja decretada falência, liquidação ou pedido de recuperação judicial do Formador de Mercado, do Fundo ou da Gestora; e/ou (vii) caso ocorra a suspensão ou descredenciamento do Formador de Mercado em virtude de qualquer uma das hipóteses previstas no Manual de Normas de Formador de Mercado.

#### **4.18 Demais Características da Oferta**

**4.18.1** As demais características da Oferta encontram-se descritas no Prospecto.

### **5. CONDIÇÕES SUSPENSIVAS**

**5.1** Sob pena de rescisão e sem prejuízo do reembolso das despesas nos termos da Cláusula 18, abaixo, comprovadamente incorridas, o cumprimento dos deveres do Coordenador Líder previstos neste Contrato de Distribuição está condicionado, observado o disposto na Cláusula 5.2 abaixo, ao atendimento das seguintes condições suspensivas (consideradas condições suspensivas nos termos do artigo 125 do Código Civil), observado o artigo 67 da Resolução CVM 160, a exclusivo critério do Coordenador Líder, até a data da concessão do registro da Oferta pela CVM e a manutenção até a Data de Liquidação, sendo condição para o cumprimento dos deveres e obrigações relacionados à prestação dos serviços do Coordenador Líder (“Condições Suspensivas”):

- (i) disponibilização, ao Coordenador Líder, de contratos e/ou acordos relevantes, os quais entendam ser condição fundamental para o entendimento e obtenção dos devidos registros da Oferta;
- (ii) negociação, preparação, formalização e registros, conforme aplicável, de todos os documentos necessários para efetivação da Oferta, em termos aceitáveis ao Coordenador Líder e seu Assessor Legal;
- (iii) obtenção do registro de distribuição pública de fundo de investimento na CVM, bem como a obtenção do registro automático da Oferta perante a CVM nos termos da Resolução CVM 160;
- (iv) manutenção do registro da Administradora e da Gestora, enquanto instituição administradora e gestora do Fundo, respectivamente, perante a CVM;
- (v) fornecimento pela Administradora e pela Gestora, em tempo hábil, ao Coordenador Líder e aos Assessores Legais, de todos os documentos necessários para a comprovação de que (a) o Fundo está apto para a realização da Oferta e (b) os representantes da Administradora e da Gestora possuem poderes para formalizar os respectivos documentos da Oferta;

- (vi) contratação e remuneração, pela Gestora, dos prestadores de serviços da Oferta aprovados pelo Coordenador Líder, que incluem, mas não se limitam, conforme aplicável, assessores legais e agência de publicidade;
- (vii) obtenção **(a)** do parecer da ANBIMA sobre o registro da Oferta; e **(b)** do registro da Oferta junto à CVM, com as características descritas neste Contrato, no Prospecto e no Regulamento;
- (viii) conclusão, de forma satisfatória ao Coordenador Líder, do processo de *back-up* previamente ao início de *roadshow*, e conforme padrão usualmente utilizado pelo mercado de capitais em operações similares, até a divulgação da Oferta ao mercado;
- (ix) fornecimento pela Administradora, e pela Gestora, em tempo hábil, ao Coordenador Líder, de todos documentos e informações suficientes, verdadeiras, precisas, consistentes e atuais para atender às normas aplicáveis à Oferta, bem como para conclusão do procedimento de backup referente aos materiais publicitários da Oferta, nos termos deste Contrato, de forma satisfatória ao Coordenador Líder e aos assessores legais, conforme padrão usualmente utilizado pelo mercado de capitais em operações similares, sendo que a Gestora e a Administradora serão responsáveis, em suas respectivas esferas, pela suficiência, veracidade, precisão, consistência e atualidade das informações fornecidas, sob pena do pagamento de indenização nos termos deste Contrato;
- (x) recebimento, em termos satisfatórios ao Coordenador Líder com antecedência de 03 (três) Dias Úteis da Data da Liquidação da Oferta, da redação final da *legal opinion* emitida pelos assessores legais elaborada de acordo com as práticas de mercado para operações da mesma natureza e atestando (a) a legalidade, a validade e a exequibilidade dos documentação da Oferta em relação às normas aplicáveis, (b) que a Classe está devidamente autorizada a realizar a Oferta e (c) que os representantes da Administradora e da Gestora possuem poderes necessários para formalizar os documentação da Oferta, de acordo com as práticas de mercado para operações da mesma natureza;
- (xi) recebimento pelo Coordenador Líder, no primeiro horário comercial da Data da Liquidação da Oferta, das versões assinadas das *legal opinions* dos assessores legais, com conteúdo aprovado nos termos acima;
- (xii) que o Coordenador Líder tenha liberdade para divulgar a Oferta, por qualquer meio, nos limites da legislação em vigor, observado o descrito na Resolução CVM 160 e Resolução CVM 161, com a logomarca da Administradora e da Gestora, para fins de marketing, atendendo às recentes decisões da CVM e às práticas de mercado;
- (xiii) recolhimento, pela Gestora ou pela Classe, de quaisquer taxas ou tributos incidentes, conforme aplicável, sobre o registro da Emissão e da Oferta, inclusive cobradas pela ANBIMA, CVM e B3;
- (xiv) cumprimento, pelo Fundo, de todas as obrigações descritas neste Contrato, conforme aplicável e observados os eventuais prazos para o seu cumprimento;
- (xv) não ocorrência de um evento de resilição involuntária descrito na Cláusula 10.1 abaixo;



- (xvi) cumprimento, pelo Fundo, de todas as obrigações previstas nas normas aplicáveis, incluindo a publicação dos anúncios e documentos determinados pela Resolução CVM 160;
- (xvii) ausência de qualquer mudança relevante adversa no mercado financeiro local que possa afetar a Oferta;
- (xviii) fornecimento de forma satisfatória e em tempo hábil, pelo Fundo, pela Administradora e pela Gestora, conforme o caso, ao Coordenador Líder e aos assessores legais, de todas as informações corretas, completas, suficientes e necessárias para atender aos requisitos da Oferta e *due diligence*. Qualquer alteração ou incongruência verificada nas informações fornecidas deverá ser analisada pelo Coordenador Líder, visando decidirem, a seu exclusivo critério, sobre a continuidade do negócio da Oferta;
- (xix) consistência, veracidade, suficiência, completude e correção das informações enviadas e declarações feitas pelo Fundo, conforme o caso, e constantes dos documentos relativos à Oferta, sendo que o Fundo será responsável pela veracidade, validade, suficiência e completude das informações fornecidas;
- (xx) encaminhamento de declarações de veracidade assinadas pela Gestora e pela Administradora, atestando que, na data de celebração da referida declaração, as declarações feitas pela Gestora e pela Administradora e constantes nos documentos da Emissão e da Oferta sejam suficientes, verdadeiras, precisas, consistentes e atuais;
- (xxi) não ocorrência de qualquer ato ou fato novo que resulte em alteração ou incongruência verificada nas informações fornecidas ao Coordenador Líder que, a seu exclusivo critério, deverão decidir sobre a continuidade da Oferta;
- (xxii) acordo entre as Partes quanto à estrutura da Oferta, das Novas Cotas e ao conteúdo da documentação da operação em forma e substância satisfatória às Partes e ao assessor legal da Oferta e em concordância com as legislações e normas aplicáveis;
- (xxiii) admissão e registro para colocação e negociação das Novas Cotas, seja nos mercados primários ou secundários, junto à B3, devendo o Fundo entregar, em tempo hábil, todos os documentos e informações requeridas pela B3 por ocasião do pedido de registro para distribuição e negociação das Novas Cotas, assim como após sua admissão para distribuição e negociação no ambiente desta entidade, em atendimento às regras por ela estabelecidas;
- (xxiv) admissão para listagem e negociação das novas Cotas da Classe na B3, se aplicável;
- (xxv) realização, por parte dos Assessores Legais, e conclusão satisfatória ao Coordenador Líder, do processo de levantamento de informações e de *due diligence*, cujo escopo será restrito e determinado pelo Coordenador Líder e pelo assessor legal, observadas as disposições da Resolução CVM 160 e demais regulações aplicáveis, conforme padrão usualmente utilizado pelo mercado de capitais em ofertas públicas;
- (xxvi) obtenção e/ou cumprimento, por parte do Fundo, de todas e quaisquer aprovações societárias, contratuais e/ou regulamentares necessárias à realização, efetivação, liquidação, boa ordem e transparência da Oferta;

- (xxvii) prévia publicação dos atos societários registrados na junta comercial ou órgãos competentes, conforme o caso, que deliberam sobre a realização da Oferta, nos termos da legislação vigente e, conforme aplicável, a obtenção pelo Fundo, pela Administradora e pela Gestora, conforme aplicável, de todas e quaisquer aprovações, averbações, protocolizações, registros e/ou demais formalidades necessárias para a realização, efetivação, boa ordem, transparência, formalização, precificação, liquidação, conclusão e validade da Oferta e dos demais documentos da Oferta junto a: (a) órgãos governamentais e não governamentais, entidades de classe, oficiais de registro, juntas comerciais e/ou agências reguladoras do seu setor de atuação; (b) quaisquer terceiros, inclusive credores, instituições financeiras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, se aplicável; e (c) dentre outros necessários à regular consecução da Oferta;
- (xxviii) obtenção, pelo Coordenador Líder, de declaração da Administradora e/ou do Fundo e da Gestora, conforme aplicável, atestando que, na data do início da distribuição pública das Novas Cotas, todas as informações por ele prestadas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (xxix) que os documentos apresentados pelo Fundo, pela Administradora e pela Gestora ou, conforme aplicável, suas Afiliadas (assim entendidas aquelas entidades controladoras, controladas, coligadas ou sob controle comum) não contenham impropriedades que, a exclusivo critério do Coordenador Líder, possam prejudicar a regularidade da Oferta e/ou o estabelecido nos documentos da Oferta;
- (xxx) inexistência de pendências judiciais, arbitrais e/ou administrativas que não tenham sido reveladas ao Coordenador Líder, que possam afetar substancial e/ou adversamente a sua situação econômica, financeira, jurídica ou reputacional, ou ainda, impactar a Oferta;
- (xxxi) verificação de que todas e quaisquer obrigações pecuniárias assumidas pela Gestora e/ou pela Administradora perante os Coordenador Líder ou perante as empresas pertencentes aos mesmos grupos econômicos do Coordenador Líder estão devida e pontualmente adimplidas;
- (xxxii) manutenção de toda estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes que dão ao Fundo, bem como aos ativos que integram e/ou integrarão o patrimônio do Fundo, condição fundamental de funcionamento e realização de suas atividades;
- (xxxiii) manutenção da política de investimentos do Fundo e não ocorrência de possíveis alterações no referido setor de atuação do Fundo por parte das autoridades governamentais, que afetem ou indiquem que possam vir a afetar negativamente a Oferta;
- (xxxiv) não ocorrência de alteração adversa nas condições econômicas, financeiras, reputacionais, operacionais ou regulatórias (incluindo questões fiscais) do Fundo, da Administradora e/ou da Gestora, exceto se justificado pelo Fundo, pela Administradora e/ou pela Gestora, conforme o caso, e previamente aprovado pelo Coordenador Líder;

- (xxxv) acordo entre o Fundo, representado pela Gestora e o Coordenador Líder quanto ao conteúdo do material de marketing e/ou qualquer outro documento divulgado aos potenciais investidores, com o intuito de promover a plena distribuição das Novas Cotas;
- (xxxvi) cumprimento pelo Fundo e sua Administradora e pela Gestora, incluindo qualquer sociedade de seus grupos econômicos, da legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Administradora e a Gestora obrigam-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentares as normas ambientais em vigor;
- (xxxvii) não ocorrência de intervenção, por meio de qualquer autoridade governamental, autarquia ou ente da administração pública, na prestação de serviços fornecidos pela Administradora e/ou pela Gestora, conforme aplicável;
- (xxxviii) inexistência de violação ou indício de violação de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada (“Lei 12.529”), da Lei nº 9.613, de 3 de março 1998, conforme alterada (“Lei 9.613”), Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“Lei 12.846”), o US Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) e o UK Bribery Act (“Leis Anticorrupção”) pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora e/ou, conforme aplicável, por qualquer sociedade do grupo econômico da Administradora, da Gestora e/ou por qualquer dos respectivos administradores ou funcionários;
- (xxxix) confirmação do rigoroso cumprimento pela Administradora, Gestora e qualquer sociedade do respectivo grupo econômico, da legislação ambiental e trabalhista em vigor aplicáveis às respectivas condições de seus negócios (“Legislação Socioambiental”), adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Administradora e a Gestora obrigam-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (xl) inexistência de violação, pela Administradora e Gestora, da legislação e regulamentação em vigor quanto à não utilização de mão-de-obra infantil ou em condições análogas à de escravo, não incentivo à prostituição ou, ainda, relacionados à discriminação de raça e gênero;
- (xli) não ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Administradora e/ou da Gestora (incluindo fusão, cisão ou incorporação), ou qualquer alienação, cessão ou transferência de ações do capital social da Administradora e da Gestora, em qualquer operação isolada ou série de operações; em todas as hipóteses, que resultem na perda, pelos atuais acionistas controladores, do poder de controle direto ou indireto da Administradora e da Gestora;

- (xlii) não terem ocorrido alterações na legislação e regulamentação em vigor, relativas às Novas Cotas e/ou ao Fundo, que possam criar obstáculos ou aumentar os custos inerentes à realização da Oferta, incluindo normas tributárias que criem tributos ou aumentem alíquotas incidentes sobre as Novas Cotas aos potenciais investidores;
- (xliii) presença de representantes da Gestora nas apresentações a investidores (*roadshow* e reuniões individuais);
- (xliv) contratação de formador de mercado, se for o caso;
- (xlv) cumprimento, pela Administradora e pela Gestora de todos os requisitos exigidos pela regulamentação CVM e pelos Códigos ANBIMA, aplicáveis à realização da Oferta, sem limitação, observar as regras de período de silêncio relativas à não manifestação na mídia sobre a Oferta objeto deste Contrato previstas na regulamentação emitida pela CVM, bem como pleno atendimento aos Códigos ANBIMA;
- (xlvi) que, nas datas de início da procura dos investidores e de distribuição das Novas Cotas, todas as declarações feitas pela Administradora e pela Gestora, conforme o caso, constantes nos documentos da Oferta sejam verdadeiras e corretas, bem como não ocorrência de qualquer alteração adversa e material ou identificação de qualquer incongruência material nas informações fornecidas ao Coordenador Líder que, a seu exclusivo critério, decidirão sobre a continuidade da Oferta;
- (xlvii) não ocorrência em relação à Administradora e/ou à Gestora, conforme o caso, bem como aos seus respectivos grupos econômicos, de: (a) liquidação, fracasso na constituição, dissolução ou decretação de falência; (b) pedido de autofalência; (c) pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente elidido antes da data da realização da Oferta; (d) propositura de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso em juízo, com requerimento de recuperação judicial;
- (xlviii) cumprimento, pela Administradora e pela a Gestora de todas as suas obrigações previstas neste Contrato e nos demais documentos decorrentes deste Contrato, exigíveis até a data de encerramento da Oferta, conforme aplicável, bem como de todas as obrigações previstas na Resolução CVM 160, incluindo, sem limitação, observar as regras de período de silêncio relativas à não manifestação na mídia sobre a Oferta objeto deste Contrato previstas na regulamentação emitida pela CVM, bem como pleno atendimento dos Código ANBIMA;
- (xlix) a Emissão e a Oferta deverão atender aos requisitos dos Código ANBIMA, conforme aplicáveis;
- (l) realização de *bring down due diligence call*, previamente ao início do *roadshow* e à 1ª (primeira) data de integralização;
- (li) os custos da Oferta serão bancados pela Taxa de Distribuição Primária e pela Gestora nos termos do Prospecto, sendo certo que caso Taxa de Distribuição Primária reste insuficiente para arcar com os custos atribuídos a esta, a Gestora arcará com esses custos, não sendo tais custos imputáveis ao Coordenador Líder e ao Fundo em nenhuma hipótese; e

- (lii) integral atendimento a todos os requisitos aplicáveis dos Códigos ANBIMA e recebimento, pelo Coordenador Líder, em pelo menos 2 (dois) Dias Úteis anteriores à data de divulgação do Anúncio de Início, do *checklist* preparado pelo assessor legal do Coordenador Líder, indicando que a documentação elaborada no âmbito da Oferta atende a todos os requisitos estabelecidos nos Códigos ANBIMA.

**5.2** De forma a resguardar a suficiência, veracidade, precisão, consistência e atualidade dos documentação da Oferta e demais informações fornecidas ao mercado durante a Oferta e em cumprimento ao dever de diligência do Coordenador Líder, este, em conjunto com a Administradora, a Gestora e o Fundo acordaram o conjunto de Condições Suspensivas, previstas na Cláusula 5.1 acima, consideradas suspensivas nos termos do artigo 125 do Código Civil, cujo não implemento de forma satisfatória pode configurar alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da estruturação da Oferta e aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta.

**5.3** Caso seja verificado o não atendimento de uma ou mais Condições Suspensivas até a obtenção do registro da Oferta ou até a Data da Liquidação da Oferta, conforme o caso, nos termos da Cláusula 5.1 acima, o Coordenador Líder avaliará, no caso concreto, se houve aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta e poderá optar por conceder prazo adicional para seu implemento ou, caso não haja aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta, renunciar a referida Condição Suspensiva, observado o disposto na Cláusula 5.1.5 abaixo. A não implementação de qualquer uma das Condições Suspensivas, que não tenham sido dispensadas por parte do Coordenador Líder, ensejará a inexigibilidade das obrigações do Coordenador Líder, bem como eventual requerimento de modificação ou de revogação da Oferta, caso o requerimento de registro da Oferta já tenha sido apresentado, nos termos do artigo 67 da Resolução CVM 160. Neste caso, se o registro da Oferta já tiver sido obtido, poderá ser tratado como evento de rescisão deste Contrato, provocando, portanto, a revogação da Oferta, nos termos do artigo 67 conjugado com o artigo 70, parágrafo 4º, ambos da Resolução CVM 160 e do parágrafo 6º do Ofício-Circular nº 10/2023/CVM/SRE.

**5.4** Sem prejuízo da possibilidade de o Coordenador Líder renunciar, nos termos da Cláusula 5.1.3 acima, a observação de determinada Condição Suspensiva ou de conceder prazo adicional para seu implemento, a Administradora, a Gestora e o Fundo, desde já, se obrigam a cumprir com as Condições Suspensiva que sejam imputáveis a eles ou a seu grupo econômico, conforme o caso, sob o risco da incidência do artigo 67 conjugado com o artigo 70, parágrafo 4º, ambos da Resolução CVM 160 e do parágrafo 6º do Ofício-Circular nº 10/2023/CVM/SRE.

**5.5** A renúncia do Coordenador Líder, ou a concessão, em qualquer caso, por escrito, de prazo adicional que entender adequada, a seu exclusivo critério, para verificação de qualquer das Condições Suspensivas descritas acima não poderá: (i) ser interpretada como sua renúncia quanto ao cumprimento, pela Administradora e/ou pela Gestora de suas obrigações previstas neste Contrato; ou (ii) impedir, restringir e/ou limitar seu exercício, de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuado neste Contrato.

**5.6** A verificação do atendimento das Condições Suspensivas acima será feita pelo Coordenador Líder segundo seu julgamento exclusivo.

**5.7** Na hipótese da não satisfação de uma ou mais Condições Suspensivas, o Coordenador Líder poderá, justificadamente, decidir pela não continuidade da Oferta. Caso o Coordenador Líder decida pela não continuidade da Oferta, a Emissão não será efetivada e não produzirá efeitos com relação a qualquer das Partes, exceto pela obrigação da Gestora de reembolsar o Coordenador Líder por todas as despesas incorridas, devidamente aprovadas com relação à Emissão e o pagamento da Comissão de Descontinuidade (conforme abaixo definida), se aplicável.

## **6. REMUNERAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER**

**6.2** Pelos serviços de estruturação e distribuição referentes a Emissão do Fundo, será paga uma remuneração composta da seguinte forma (“Comissionamento”):

- (i) Comissão de Estruturação e Coordenação: como contraprestação pelos serviços de estruturação e coordenação da Oferta, será paga ao Coordenador Líder a comissão de 1,00% (um por cento), incidente sobre o valor total emitido de Novas Cotas, calculado com base no Preço de Emissão das Novas Cotas subscritas, incluídas as Novas Cotas do Lote Adicional, se emitidas (“Comissão de Coordenação e Estruturação”); e
- (ii) Comissão de Distribuição: como contraprestação pelo serviço de distribuição, deverá ser pago ao Coordenador Líder a comissão de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o valor total emitido de Novas Cotas, calculado com base no Preço de Emissão das Novas Cotas subscritas, incluídas as Novas Cotas do Lote Adicional, se emitidas (“Comissão de Distribuição”).

**6.3** A Comissão de Distribuição poderá ser repassada, no todo ou em parte, aos Participantes Especiais que aderirem ao presente Contrato, observado que o Coordenador Líder deverá proceder ao pagamento do Comissionamento dos Participantes Especiais na forma prevista no Termo de Adesão.

**6.4** Caso (i) a Emissão não seja realizada por descumprimento de quaisquer das Condições Suspensivas por motivo imputável à Administradora e/ou à Gestora; ou (ii) o presente Contrato seja resilido voluntariamente pela Administradora e/ou pela Gestora nos termos da Cláusula 10.2.2 abaixo, o Coordenador Líder fará jus em conjunto à comissão de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser paga pela Gestora em até 5 (cinco) Dias Úteis da data de comunicação da não realização da Emissão ou notificação de resolução (“Comissão de Descontinuidade”).

**6.5** Todas as despesas relacionadas à Emissão, dentre elas, custos com assessores legais da Oferta, despesas de registro perante a CVM e ANBIMA, despesas relacionadas a apresentações da Emissão aos Investidores e às despesas legais decorrentes da Emissão, deverão ser arcados pela Taxa de Distribuição Primária, sendo que os custos e despesas da Oferta não arcados pela Taxa de Distribuição Primária serão de responsabilidade da Gestora, arcados diretamente ou reembolsados por esta à Classe, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando a: (i) registro dos atos societários e dos documentos das Novas Cotas e do Fundo nos órgãos competentes; (ii) registros nos cartórios competentes, caso aplicável; (iii) registro na B3, CVM e na ANBIMA; (iv) assessor legal e demais prestadores de serviços, (vi) gastos com *roadshow* incluindo material publicitário e eventos; e (vii) todos os custos para perfeita realização da Oferta.

**6.6** Todas as despesas “*out of pocket*” e quaisquer outras despesas incorridas pelo Coordenador Líder relacionadas à Oferta e/ou associadas à execução dos serviços objeto deste Contrato, tais como viagens, estadas, alimentação, fotocópias, gastos com comunicação de longa distância etc., assim como as despesas de registros, correrão por conta exclusiva da Gestora, preferencialmente pagas diretamente ou reembolsadas pela Gestora.

**6.7** Todos os pagamentos e/ou reembolsos de despesas ao Coordenador Líder deverão ser feitos em moeda corrente nacional com recursos imediatamente disponíveis, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de apresentação dos respectivos documentos comprobatórios (“Reembolso das Despesas”).

**6.8** O pagamento do Comissionamento o Coordenador Líder e às demais Instituições Participantes da Oferta deverá ser feito em observância aos procedimentos adotados pela B3 ou à vista, em moeda corrente nacional, via Transferência Eletrônica Disponível (TED), na conta de sua titularidade ou em outra por ele indicada, conforme abaixo, na Data de Liquidação.

**ITAÚ BBA ASSESSORIA FINANCEIRA S.A.**

Banco: 341

Ag: 2040

c/c: 01644-2

**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**

CNPJ: 60.872.504/0001-23

Banco: 341

Ag: 2040

c/c: 00978-5

ou, caso via B3:

**ITAU CV S/A.**

Código B3: 114

**6.9** O Coordenador Líder reserva-se o direito de, a qualquer momento até a data do início do Período de Coleta de Intenções de Investimento, conforme indicado no Prospecto, convidar os Participantes Especiais para participarem da Oferta.

**6.10** Todos os pagamentos resultantes deste Contrato devidos ao Coordenador Líder deverá ser feitos à vista, em moeda corrente nacional, líquidos de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza, incluindo-se quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre tais pagamentos, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já existentes, na Data de Liquidação ou na data de rescisão deste Contrato, no caso da Comissão de Descontinuidade.

**6.11** Todos os pagamentos resultantes deste Contrato deverão ser acrescidos dos valores relativos aos tributos que incidem no balanço do Coordenador Líder, incluindo, sem limitação: (i) o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS; (ii) a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; e (iii) a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, devidos, direta ou indiretamente, em decorrência das obrigações

decorrentes deste Contrato, incidentes sobre as remunerações acima descritas e sobre o eventual ressarcimento de despesas (*gross-up*). Caso qualquer um desses tributos seja devido, a Gestora deverá pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que o Coordenador Líder receba, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. Tal previsão inclui quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre a receita das comissões pagas, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos mencionados já existentes.

**6.12** Nenhuma outra remuneração, nos termos deste Capítulo 6, será contratada ou paga pela Gestora, ao Coordenador Líder, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência deste Contrato.

**6.13** O Comissionamento do Coordenador Líder poderá ser repassado, no todo ou em parte, conforme definido pelo Coordenador Líder, a eventuais Participantes Especiais, nos termos da regulamentação vigente, sendo que neste caso, a critério do Coordenador Líder, poderão ser indicadas contas de titularidade dos Participantes Especiais, as quais o Coordenador Líder deverá utilizar para realizar o pagamento do Comissionamento a ser repassado.

**6.14** Todas as despesas decorrentes deste Contrato, incluindo, mas sem se limitar, ao Reembolso das Despesas citado nesta cláusula, as quais incluem as despesas de comissionamento, Indenização e outros custos relativos à Oferta, ainda que a Oferta não venha a ser realizada, por qualquer motivo, mas tenha gerado despesas/custos comprovados, deverão ser arcados diretamente ou reembolsadas pela Gestora.

**6.15** O Comissionamento, acima definido, será arcado pela Taxa de Distribuição Primária prevista do item 3.6.2, sendo certo que esta foi definida de forma que o Gestor arcará com o equivalente a 1,00% da Comissão de Estruturação e Coordenação e de 0,25% da Comissão de Distribuição, incidente sobre o valor total emitido de Novas Cotas, calculado com base no Preço de Emissão das Novas Cotas subscritas, incluídas as Novas Cotas do Lote Adicional, se emitidas, sendo ambas acrescidas dos respectivos impostos, podendo ser reembolsados ao fundo ou paga diretamente aos prestadores de serviços.

**6.16** As disposições contidas neste Capítulo 6 deverão permanecer em vigor, sendo existentes, válidas e eficazes mesmo após o decurso do prazo, rescisão, resolução ou término do presente Contrato.

## **7. PARTICIPAÇÃO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES**

**7.1** Para fins de cumprimento do objeto deste Contrato, o Coordenador Líder poderá, em comum acordo com a Gestora, sujeito aos termos e às condições deste Contrato, convidar outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, para participarem do processo de distribuição das Novas Cotas, desde que não represente qualquer aumento de custos para a Gestora e a Classe (“Participantes Especiais”, e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Instituições Participantes da Oferta”). Para formalizar a adesão dos Participantes Especiais da Oferta ao processo de distribuição das Novas Cotas, no âmbito da Oferta, os Participantes Especiais da Oferta, deverão aderir expressamente (i) carta convite a ser disponibilizada no website da B3 e, consequentemente, a este Contrato (“Carta Convite”); ou (ii) ao termo de adesão ao presente Contrato (“Termo de Adesão”).



**7.2** Os Participantes Especiais poderão ser contratados pelo Coordenador Líder, para fins exclusivos de recebimento de ordens.

**7.3** A Carta Convite e o Termo de Adesão deverão regular a participação dos Participantes Especiais, sem prejuízo da observância na íntegra dos termos e condições estabelecidos no presente Contrato por tais Instituições Participantes.

**7.4** Caso qualquer dos Participantes Especiais tenha violado, durante uma Oferta, os termos e condições deste Contrato, da Carta Convite e/ou do Termo de Adesão e/ou qualquer dispositivo da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá, imediatamente após tomar ciência de tal violação, rescindir a respectiva Carta Convite e/ou Termo de Adesão com relação ao Participante Especial de pleno direito e sem pagamento de qualquer penalidade.

**7.5** O Coordenador Líder reserva-se o direito de convidar outras instituições autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, escolhidas a seu exclusivo critério, para participar da colocação das Novas Cotas.

**7.6** A Classe desde já autoriza o Coordenador Líder a contratar os Participantes Especiais que celebrem Carta Convite e/ou Termo de Adesão, nos termos da Cláusula 7.1 acima, os quais regularão a participação dos Participantes Especiais, para o assessorar e/ou participarem da colocação das Novas Cotas, podendo, inclusive, substabelecer os poderes outorgados pela Classe de maneira irretratável e irrevogável neste Contrato.

## **8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**8.1** Além de cumprir todas as suas obrigações previstas no presente Contrato, a Administradora obriga-se, ainda, a, por si e pelo Fundo, conforme o caso, e sob pena de rescisão por parte do Coordenador Líder, conjuntamente ou individualmente:

- (i) apresentar imediatamente ao público, por meio da divulgação de fato relevantes, nos termos da regulamentação aplicável, as decisões consideradas relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM que venham a ser tomadas pela Administradora, com relação, inclusive, a seus resultados operacionais e atividades comerciais e que possam afetar a sua capacidade de administração do Fundo;
- (ii) preparar, com o auxílio do Coordenador Líder, da Gestora e dos assessores legais contratados, os documentos necessários para a realização da Oferta e ao registro e à liquidação das Novas Cotas incluindo aqueles necessários ao depósito das Novas Cotas perante a B3;
- (iii) manter contratados durante o prazo de vigência do Fundo, às expensas do Fundo, caso estes serviços não sejam prestados pela Administradora, os prestadores de serviços de escrituração do Fundo e custódia das Cotas e tomar todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Novas Cotas registradas para negociação na B3;
- (iv) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder, e/ou aos titulares das Novas Cotas e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que afetem negativamente o Fundo;

- (v) cumprir com todas as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo os Códigos ANBIMA, o que inclui a execução das providências para registro da Oferta perante a ANBIMA;
- (vi) não divulgar ao público informações referentes ao Fundo, à Oferta ou às Novas Cotas, em desacordo com o disposto na Resolução CVM 160;
- (vii) observar e cumprir, desde a data de assinatura deste Contrato até a data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta, as normas relativas ao período de silêncio previstas no, bem como as demais obrigações impostas pela regulamentação da CVM, incluindo, sem no entanto se limitar, a não utilização ou divulgação de qualquer informação ou material publicitário, bem como a não concessão de entrevistas ou atendimento a jornalistas sobre qualquer assunto relacionado à Oferta, sem a prévia e expressa aprovação do Coordenador Líder, se for o caso, da CVM;
- (viii) a partir do momento em que a Oferta se torne pública, ao divulgar informações relacionadas ao Fundo ou à Oferta, (a) observar os princípios relativos à qualidade, transparência e igualdade de acesso à informação; e (b) esclarecer as suas ligações com o Coordenador Líder ou o seu interesse na Oferta, nas suas manifestações em assuntos que envolvam a Oferta, o Fundo ou as Novas Cotas, nos termos da Resolução CVM 160;
- (ix) não ceder ou de qualquer forma transferir suas obrigações decorrentes deste Contrato sem a prévia e expressa aprovação do Coordenador Líder, ressalvada a hipótese de cessão total ou parcial da empresa pertencente aos seus conglomerados econômicos e desde que os cessionários sejam habilitados e credenciados pela CVM para exercer as respectivas atividades decorrentes do contrato cedido, que deverá ser formalizada mediante aditamento ao presente Contrato;
- (x) guardar, por 5 (cinco) anos contados da data do encerramento da Emissão, toda a documentação a ela relativa, bem como disponibilizar cópias ao Coordenador Líder em um prazo de até 5 (cinco) dias, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- (xi) proceder com todas as diligências exigidas para a execução de suas atividades e cumprimento do Regulamento do Fundo e, conforme aplicável, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (xii) fornecer, em tempo hábil, ao Coordenador Líder, todas as informações necessárias para atender aos requisitos da Oferta;
- (xiii) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder qualquer alteração relevante na condição financeira, jurídica, econômica, societária, reputacional e/ou operacional do Fundo que tenha conhecimento na sua capacidade de administrador fiduciária e/ou de qualquer sociedade do grupo econômico da Administradora que possa afetar a decisão dos investidores de subscrever as Novas Cotas; e
- (xiv) recolher, em nome da Classe, todas as taxas e tributos incidentes sobre o registro da Oferta, especialmente a taxa de fiscalização do mercado de capitais estabelecida pela Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989,

conforme alterada, a taxa de registro da Oferta na ANBIMA e demais taxas e emolumentos cobrados pela B3 para a negociação das Novas Cotas.

**8.2** Sem prejuízo das demais obrigações que lhe são imputadas por este Contrato e pela legislação ou regulamentação aplicáveis (inclusive aquelas dispostas no artigo 83 da Resolução CVM 160), a Gestora obriga-se a:

- (i) apresentar imediatamente ao público as decisões consideradas relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM que venham a ser tomadas pela Gestora, com relação, inclusive, a seus resultados operacionais e atividades comerciais e que possam afetar a capacidade da Gestora para a gestão do Fundo;
- (ii) preparar, com o auxílio do Coordenador Líder, da Administradora e dos assessores legais contratados, os documentos necessários para a realização da Oferta e ao registro e à liquidação das Novas incluindo aqueles necessários ao depósito das Novas Cotas perante a B3;
- (iii) fornecer em tempo hábil às Instituições Participantes da Oferta, sempre que solicitado, todos os documentos e informações necessários à elaboração dos documentos da Oferta;
- (iv) comunicar imediatamente às Instituições Participantes da Oferta e à Administradora, quaisquer fatos relevantes que possam vir a afetar a decisão, por parte de quaisquer Investidores, de adquirir Novas Cotas;
- (v) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder, à Administradora, aos Investidores e às autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que afetem ou possam afetar negativamente o Fundo;
- (vi) cumprir integralmente as disposições do Regulamento, deste Contrato e do Acordo Operacional celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Gestora;
- (vii) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder qualquer alteração relevante na condição financeira, societária, reputacional e/ou operacional da Gestora e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico que possa afetar a decisão dos investidores de subscrever as Novas Cotas;
- (viii) observar e cumprir, desde a data de assinatura deste Contrato até a data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta, as normas relativas ao período de silêncio previstas no Memorando de Silêncio, bem como as demais obrigações impostas pela regulamentação da CVM, incluindo, sem no entanto se limitar, a não utilização ou divulgação de qualquer informação ou material publicitário, bem como a não concessão de entrevistas ou atendimento a jornalistas sobre qualquer assunto relacionado à Oferta, sem a prévia e expressa aprovação do Coordenador Líder e, se for o caso, da CVM;
- (ix) não ceder ou de qualquer forma transferir suas obrigações decorrentes deste Contrato sem a prévia e expressa aprovação do Coordenador Líder;

- (x) guardar, por 5 (cinco) anos contados da data do encerramento da Emissão, toda a documentação a ela relativa, bem como disponibilizar cópias ao Coordenador Líder em um prazo de até 5 (cinco) dias, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal; e
- (xi) proceder com todas as diligências exigidas para a execução de suas atividades e, conforme aplicável, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor.

**8.3** Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Contrato e da legislação e regulamentação aplicáveis, o Coordenador Líder obriga-se a:

- (i) solicitar, juntamente com a Administradora, o registro da Oferta perante a CVM, na forma da legislação, regulamentação e autorregulamentação aplicáveis;
- (ii) assessorar a Administradora em todas as etapas dos processos referidos no inciso “i” acima, praticando todos os atos necessários de sua responsabilidade para a obtenção do registro da Oferta na CVM;
- (iii) comunicar imediatamente à CVM eventual resilição, resolução, denúncia, revogação ou qualquer alteração neste Contrato, observado o disposto no artigo 83 da Resolução CVM 160;
- (iv) remeter à CVM, no prazo máximo estabelecido na Resolução CVM 160, relatório indicativo do movimento consolidado da Oferta, conforme modelo constante do Anexo N da Resolução CVM 160;
- (v) suspender ou cancelar a Oferta na ocorrência de qualquer fato ou irregularidade, inclusive após a obtenção do registro da Oferta na CVM, que seja relevante o suficiente para justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta na CVM, bem como comunicar imediatamente a ocorrência do ato ou irregularidade à Administradora, à Gestora e à CVM, que verificará se a ocorrência do fato ou da irregularidade são sanáveis, nos termos do artigo 83, inciso XII, da Resolução CVM 160;
- (vi) participar ativamente com a Administradora, a Gestora e com os assessores legais contratados, na elaboração dos Documentos da Oferta e na verificação da consistência, qualidade e suficiência das informações deles constantes, ficando responsável pelas informações prestadas nos termos do §1º do artigo 24 da Resolução CVM 160;
- (vii) acompanhar e controlar o Plano de Distribuição, conforme previsto neste Contrato;
- (viii) promover a divulgação em sua página eletrônica (*website*), do Anúncio de Início, do Anúncio de Encerramento, bem como de quaisquer outros documentos que venham a ser exigidos pela regulamentação aplicável no âmbito da Oferta;
- (ix) avaliar a viabilidade da Oferta e suas condições, bem como adotar todas as medidas necessárias que estejam a seu alcance para a sua realização;

- (x) não divulgar ao público informações referentes ao Fundo e à Oferta em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável;
- (xi) manter o Prospecto e o Regulamento à disposição do público, em página na rede mundial de computadores, prestando ao público todas as informações que lhe sejam solicitadas referentes ao Fundo e à Oferta;
- (xii) cumprir com os requisitos e obrigações relacionados aos Códigos ANBIMA e às demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e com as eventuais solicitações da CVM e/ou da B3;
- (xiii) atuar com a máxima diligência na seleção dos Investidores, responsabilizando-se pela manutenção e guarda de toda a documentação cadastral destes, em cumprimento às exigências legais quanto a esta documentação;
- (xiv) cumprir todas as obrigações estabelecidas pela legislação sobre prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores relativas aos Investidores, especialmente, a Lei nº 9.613 e a Circular do Banco Central do Brasil de nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, conforme alterada; e
- (xv) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data da concessão do registro da Oferta na CVM, todos os documentos relativos à Oferta.

## **9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

**9.1** Sem prejuízo de outras declarações prestadas neste Contrato, a Administradora, em relação a si e em relação ao Fundo, conforme o caso, declara e garante, nesta data, que:

- (i) o Fundo é um fundo de investimento em cotas de fundos incentivados de investimento em infraestrutura devidamente organizado, constituído e existente, de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM e do BACEN aplicáveis;
- (ii) o registro do Fundo está atualizado perante a CVM, e suas informações lá contidas e tornadas públicas estão atualizadas conforme requerido pelas regulamentações aplicáveis;
- (iii) está devidamente autorizado e obteve todas as licenças e as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração deste Contrato e dos demais documentos da Emissão e da Oferta e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta;
- (iv) seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações previstas neste Contrato e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e de acordo com o Regulamento do Fundo e o estatuto social da Administradora;
- (v) este Contrato e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Fundo e da Administradora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título

executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, inciso III da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”);

- (vi) os documentos da Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao Prospecto: (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, de suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades do Fundo e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo os Códigos ANBIMA;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental, órgão regulatório ou terceiro (incluindo, mas sem limitação no que diz respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios), é exigido para o cumprimento pelo Fundo de suas obrigações para a realização da Oferta, exceto: (a) pelo registro das Novas Cotas na B3; e (b) pelo registro da Oferta na CVM; e
- (viii) cumprem e fazem cumprir, bem como suas afiliadas, acionistas, controladoras, controladas, coligadas, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei 12.846, na medida em que (a) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (b) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Administradora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará prontamente ao Coordenador Líder, que poderão tomar todas as providências que entenderem necessárias; e (e) realizará eventuais pagamentos devidos no âmbito deste instrumento exclusivamente por meio de transferência bancária.

**9.1.1** A Gestora declara e garante, em seu próprio nome, na data de assinatura deste Contrato, que:

- (i) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração deste Contrato e dos demais documentos da Emissão e da Oferta e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta;
- (ii) seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações previstas neste Contrato e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e de acordo com os atos constitutivos da Gestora;
- (iii) este Contrato e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Gestora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, inciso III do Código de Processo Civil; e

- (iv) cumpre e faz cumprir, bem como suas afiliadas, acionistas, controladoras, controladas, coligadas, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei 12.846, na medida em que (a) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (b) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Gestora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará prontamente ao Coordenador Líder, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e (e) realizará eventuais pagamentos devidos no âmbito deste instrumento exclusivamente por meio de transferência bancária.

**9.2** Sem prejuízo de outras declarações prestadas neste Contrato, o Coordenador Líder declara e garante, na data de assinatura deste Contrato, que:

- (i) é instituição devidamente organizada, constituída e existente, de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação aplicável, e devidamente autorizada pela CVM para prestação de serviços de coordenação de ofertas de valores mobiliários;
- (ii) inclusive com relação às autorizações e aprovações internas, estão devidamente autorizados a celebrar este Contrato e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido obtidas todas as licenças e as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, estatutárias, regulatórias e de terceiros, necessárias para tanto; e
- (iii) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações estabelecidas neste Contrato e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e de acordo com seus atos societários.

## **10. RESILIÇÃO INVOLUNTÁRIA E RESILIÇÃO VOLUNTÁRIA**

**10.1** Resilição Involuntária. Este Contrato poderá ser resilido involuntariamente por qualquer das Partes nas hipóteses abaixo, sem quaisquer ônus, exceto com relação às obrigações previstas nas Cláusulas 7, 13, 14 e 17 (“Resilição Involuntária”):

- (i) modificações das normas legais ou regulamentares relativas ao mercado de capitais nacional, que venham de qualquer forma a alterar substancialmente os procedimentos jurídicos ou operacionais relacionados à Oferta, tornando desaconselhável, inviável ou onerosa a realização desta para qualquer uma das Partes;
- (ii) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações das espécies tratadas neste Contrato, sobre o Fundo e/ou aumento significativo das alíquotas e/ou valores dos tributos já incidentes nesta data ou incidência de regulamentação que venha a alterar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional;
- (iii) ocorrência de eventos de natureza política, conjuntural, econômica e/ou financeira (inclusive terrorismo e/ou guerra), no Brasil ou em qualquer outro país que tenha influência adversa no mercado de capitais brasileiro,

e que torne desaconselhável, a qualquer das Partes, o cumprimento das obrigações aqui assumidas com relação à Oferta. Estão incluídas nestas categorias crises políticas, sociais ou econômicas em mercados no geral, inclusive emergentes, ou qualquer mudança adversa substancial nas condições econômico-financeiras e resultados operacionais do Fundo;

- (iv) alterações nas normas legais ou regulamentares relativas à composição e diversificação das carteiras de investidores (assim entendidos, exemplificativamente, entidades abertas e fechadas de previdência privada, entidades seguradoras, fundos mútuos de investimentos, instituições financeiras, carteiras administradas etc.) que impeçam ou restrinjam a aquisição, por parte destes Investidores, das Novas Cotas;
- (v) ocorrência de casos fortuitos ou eventos de força maior que tornem inviável ou desaconselhável a efetivação do presente Contrato; e
- (vi) alterações no setor de atuação do Fundo por parte das autoridades governamentais que afetem ou indiquem que possam vir a afetar negativamente o preço de mercado das Novas Cotas e/ou que tornem impossível ou desaconselhável a qualquer das Partes o cumprimento das obrigações assumidas; e
- (vii) por quaisquer das Partes, caso não se chegue a um acordo no exercício do *Market Flex*.

**10.1.2** Para os efeitos desta cláusula, considerar-se-á data da rescisão a data em que o Fundo ou o Coordenador Líder receberá a comunicação formalizando a rescisão deste Contrato, ressalvadas as disposições que expressamente subsistirem ao seu término. Nesta hipótese, o reembolso proporcional das despesas e dos custos incorridos pelo Coordenador Líder na estruturação da Oferta deverá ser efetuado pela Gestora, que deverá arcar com o reembolso, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data do recebimento da comunicação da rescisão.

**10.2** Rescisão Voluntária. Este Contrato poderá ser voluntariamente resiliado pelas Partes, mediante notificação da Parte contrária com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, sem prejuízo das Cláusulas 7, 13, 14 e 17 previstas neste Contrato (“Rescisão Voluntária”):

**10.2.1.** O Coordenador Líder somente poderá resilir o presente Contrato no caso de: (i) descumprimento de uma Condição Suspensiva de forma a inviabilizar a continuidade, o registro e a liquidação da Oferta; (ii) não concordância entre o Fundo, a Gestora e o Coordenador Líder acerca das novas condições da Oferta após o exercício dos direitos previstos na cláusula de *Market Flex*; (iii) na ocorrência de, conforme aplicável, liquidação, dissolução, decretação de falência, pedido de autofalência da Administradora e/ou da Gestora; (iv) pedido de falência, conforme aplicável, da Administradora ou da Gestora formulado por terceiros e não devidamente elidido no prazo legal; (v) pedido de liquidação do Fundo formulado por terceiros e não devidamente elidido no prazo legal; (vi) propositura, pela Administradora ou pela Gestora, conforme aplicável, de plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (vii) ingresso pela Administradora ou pela Gestora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente .

**10.2.2.** No caso de (i) rescisão por vontade única e exclusiva da Administradora e/ou da Gestora, a Parte interessada em resilir o Contrato pagará ao Coordenador Líder a totalidade da Comissão de Descontinuidade no prazo máximo de



5 (cinco) Dias Úteis a contar da data da notificação da rescisão; ou (ii) pelo descumprimento deliberado, pelo Fundo, pela Administradora e/ou pela Gestora, de uma Condição Suspensiva, de forma a inviabilizar a continuidade, o registro e a liquidação da Oferta, a Administradora e/ou a Gestora, conforme o caso e no limite de suas atribuições quanto ao cumprimento das Condições Suspensiva, pagará ao Coordenador Líder a totalidade da Comissão de Descontinuidade no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data da notificação da rescisão.

10.2.2.1 Não será devida Comissão de Descontinuidade ao Coordenador Líder caso a Rescisão Voluntária pela Administradora e/ou Gestora se dê (a) na hipótese de violação comprovada pelo Coordenador Líder, seus diretores, empregados, representantes, de qualquer disposição contida no presente Contrato; ou (b) na hipótese de recuperação judicial, intervenção, falência ou liquidação do Coordenador Líder ou de seus controladores, sobrevivendo a rescisão, nestas hipóteses, desde a data de decretação da intervenção, falência ou liquidação, conforme o caso.

**10.2.3.** Para efeitos desta cláusula, considerar-se-á data da rescisão o dia do recebimento, por uma das Partes, de comunicação da Parte contrária neste sentido, sem prejuízo do reembolso das despesas e custos incorridos pelo Coordenador Líder, conforme Capítulo 7, acima.

**10.2.4.** Nos termos do Ofício- Circular nº 10/2023/CVM/SRE, no caso de ofertas que sigam o rito de registro automático, a eventual revogação da Oferta prescinde de manifestação da CVM, bastando que seja apresentado comunicado ao mercado notificando os Investidores a respeito da referida revogação, bem como seus fundamentos.

## **11. INDENIZAÇÃO**

**11.1** O Fundo e a Gestora, conforme o caso e no limite de suas responsabilidades, desde já, obrigam-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar e resguardar o Coordenador Líder, suas controladas, controladores, coligadas, sociedades sob controle comum ou os respectivos administradores, empregados e/ou prepostos (“Partes Indenizáveis”), por prejuízo, dano ou perda que venham a sofrer decorrente e/ou relacionada com este Contrato e seu objeto, exceto na hipótese de tal prejuízo, dano direto ou perda, ter sido causada comprovadamente e diretamente por dolo ou culpa grave dos profissionais do Coordenador Líder, conforme determinado por uma decisão judicial transitada em julgado, proferida por juízo ou tribunal competente. Tal indenização ficará limitada aos danos diretos comprovados efetivamente causados por culpa grave ou dolo do Coordenador Líder, e é limitada ao valor do Comissionamento recebido pelo Coordenador Líder até o momento da indenização.

**11.2** A Administradora e a Gestora, conforme o caso e no limite de suas responsabilidades, desde já, obrigam-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar e resguardar o Coordenador Líder, suas controladas, controladores, coligadas, sociedades sob controle comum ou os respectivos administradores, empregados e/ou prepostos (“Partes Indenizáveis”), por danos diretos causados por dolo ou culpa grave dos profissionais da Administradora e/ou da Gestora, conforme o caso e no limite de suas responsabilidades, devidamente comprovados em decisão judicial transitada em julgado, que venham a sofrer decorrente e/ou relacionada com este Contrato e seu objeto, exceto na hipótese de tal dano direto ter sido causado comprovadamente e diretamente por dolo ou culpa grave dos profissionais do Coordenador Líder, conforme determinado por uma decisão judicial transitada em julgado, proferida por juízo ou tribunal competente.

**11.3** Em nenhuma circunstância o Coordenador Líder ou qualquer de seus profissionais será responsável por indenizar o Fundo, a Administradora e/ou Gestora ou qualquer de suas Afiliadas, cotistas, administradores, gestores, quaisquer contratados ou executivos destes ou terceiros direta ou indiretamente envolvidos com os serviços a serem prestados, exceto se forem condenados por meio de sentença judicial transitada em julgado, emitida por uma corte competente, por dolo ou culpa grave no âmbito da Oferta, hipótese em que tal indenização devida pelo Coordenador Líder estará limitada aos danos diretos efetivamente causados por estes e ao comissionamento que tenha recebido em razão dos serviços objeto deste Contrato.

**11.4** Se qualquer ação, reclamação, investigação ou outro processo for instituído ou tiver sua instituição ameaçada contra qualquer Parte Indenizável em relação a qual a indenização possa ser exigida nos termos do presente Contrato, o Fundo, a Administradora e/ou a Gestora, conforme o caso e no limite de suas responsabilidades, reembolsará ou pagará o montante total pago ou devido pela Parte Indenizável como resultado de qualquer perda, ação, dano e responsabilidade relacionada, devendo pagar, inclusive, os custos e honorários advocatícios comprovados das Partes Indenizáveis durante o transcorrer do processo judicial conforme venha a ser solicitado pela Parte Indenizável.

**11.5** O Fundo, a Administradora e a Gestora, conforme o caso e no limite de suas responsabilidades, obrigam-se, ainda, a isentar de responsabilidade e indenizar integralmente o Coordenador Líder e as Pessoas Indenizáveis por qualquer prejuízo causado pela quebra, inveracidade ou imprecisão das declarações e garantias feitas ou das informações prestadas ao Coordenador Líder neste Contrato.

**11.6** A Administradora e/ou a Gestora, conforme o caso e no limite de suas responsabilidades, realizará os pagamentos devidos conforme esta Cláusula 11 dentro de 3 (três) dias a contar do recebimento da respectiva comunicação enviada pelo Coordenador Líder.

**11.7** As estipulações desta Cláusula 11 deverão sobreviver à resolução, término (antecipado ou não) ou rescisão deste instrumento.

## **12. EXCLUSIVIDADE E NÃO EXCLUSIVIDADE**

**12.1** Com a finalidade de possibilitar a implementação dos esforços do Coordenador Líder, o Fundo, representado pela Gestora, no ato de celebração do presente Contrato, confere ao Coordenador Líder exclusividade para a execução dos trabalhos aqui previstos desde a data de assinatura deste Contrato e futuros follow-ons-da Classe até que esta atinja um patrimônio líquido correspondente a R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) (“Prazo de Exclusividade”).

**12.2** Durante o Prazo de Exclusividade, a Gestora não contratará qualquer outra instituição que não aquelas integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder, local ou internacional, com o propósito de estruturar, desenvolver e acessar o mercado brasileiro de capitais com a finalidade de efetuar qualquer negócio relacionado à realização da presente Emissão, nem realizará, com outras instituições que não aquelas integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder, operação que possa inviabilizar ou dificultar a Emissão e a Oferta, sob pena de pagar ao Coordenador Líder multa em valor equivalente ao que seria devido ao Coordenador Líder a título de Comissão de Descontinuidade, ou a mesma comissão devida para a instituição financeira contratada em descumprimento deste item, o que for maior, e eventuais prejuízos (inclusive lucros cessantes) sofridos, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar

do envio de comunicação pelo Coordenador Líder nesse sentido, sem prejuízo da obrigação de reembolsá-los por todos os custos e despesas comprovados.

**12.3** Caso o Fundo venha a ser contatado por qualquer instituição, localizada no Brasil e/ou no exterior, a respeito de quaisquer das transações relacionadas à Oferta, o Fundo, desde já, concorda em notificar tal fato imediatamente ao Coordenador Líder.

**12.4** O Fundo, representado pela Gestora, reconhece que o Coordenador Líder e suas respectivas sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum (“Afiliadas”) estão envolvidos em uma ampla gama de atividades no mercado de capitais e na prestação de serviços financeiros e podem, a qualquer tempo, prestar serviços ou conceder crédito a clientes que estejam, eventualmente, em posição de conflito de interesse com o Fundo e/ou a Administradora. O recebimento de informações, a celebração deste instrumento ou qualquer contato ou discussão subsequente entre o Coordenador Líder e o Fundo não cria e não criará qualquer restrição com relação à concessão de crédito ou prestação de qualquer serviço pelo Coordenador Líder e pelas Afiliadas a seus clientes atuais ou potenciais, não configurando, portanto, qualquer compromisso de exclusividade por parte do Coordenador Líder ou das Afiliadas.

**12.5** O presente Capítulo 12 continuará em pleno vigor, sendo existente, válido e eficaz mesmo após a expiração do presente Contrato.

### **13. CONFIDENCIALIDADE**

**13.1** Os termos deste Contrato e todas as informações dela resultantes (“Informações”) são confidenciais, não devendo ser publicados, cedidos ou divulgados a terceiros, por qualquer meio, sem o prévio consentimento por escrito do Coordenador Líder.

**13.2** A obrigação de confidencialidade das Informações não será aplicável nos seguintes casos: (i) determinação judicial, legal, administrativa ou normativa exigindo seu fornecimento; (ii) quando divulgadas de acordo com os procedimentos necessários à realização da oferta, observado o disposto na Resolução CVM 160; ou (iii) quando tais Informações venham a ser disponíveis para o público em geral por outras fontes que não o Coordenador Líder; ou (iv) quando tais Informações venham a se tornar disponíveis ao Coordenador Líder de forma não confidencial por terceiros (não relacionados às Partes e/ou à assinatura do presente Contrato autorizados a fornecê-las); ou (v) sem prejuízo do disposto na cláusula 14.3 abaixo, quando tais Informações venham a ser reveladas aos advogados, contadores, analistas ou outros indivíduos ou pelo Coordenador Líder a suas Afiliadas e/ou a seus respectivos representantes que tenham necessidade de conhecer as Informações para fins da execução do objeto deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, para fins dos processos de *know-your-client* e *conflict clearance* do Coordenador Líder e de avaliação de outras operações da do Fundo no contexto de uma potencial transação, sempre considerando o curso normal dos negócios e dado que tais representantes estejam cientes da natureza confidencial de tais informações.

**13.3** Os representantes das Partes, inclusive sociedades de seus respectivos grupos econômicos envolvidos na oferta, bem como os auditores, assessores legais, analistas e demais pessoas envolvidas na estruturação da oferta, não serão consideradas “terceiros” para fins da Cláusula 14.1 acima, devendo, entretanto, cumprir as obrigações ali previstas.

**13.4** Sem prejuízo das obrigações decorrentes da Resolução CVM 160, a presente Cláusula 14 é válida pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da assinatura do presente Contrato ou até o protocolo do pedido de registro da oferta na CVM, o que ocorrer primeiro.

## **14. DIVULGAÇÃO DA OFERTA**

**14.1** Os Ofertantes se comprometem a, em conjunto com o Coordenador Líder, nos limites da legislação e regulamentação em vigor, participar ativamente na divulgação dos termos e condições da Emissão e da Oferta para potenciais investidores interessados em adquirir as Cotas no âmbito da Oferta, inclusive mediante a designação de seus representantes para apresentar os Ofertantes, a Emissão e a Oferta em reuniões individuais e eventos coletivos (“*Roadshow*”). Para tanto, os Ofertantes, desde já, autorizam o Coordenador Líder a divulgar aos potenciais investidores interessados em adquirir as Cotas os termos e condições da Emissão, das Cotas e da Oferta, nos termos das leis e regulamentações aplicáveis e do Plano de Distribuição.

**14.2** Uma vez divulgado o Anúncio de Encerramento, os Ofertantes conferem o direito ao Coordenador Líder de proceder à divulgação de sua participação, por sua própria opção e custo, como coordenador da Oferta, nomeadamente para efeitos de publicidade (*tombstone*), rankings, publicação em jornais e revistas e currículo, quer do Coordenador Líder, quer dos integrantes de suas equipes de trabalho. Qualquer anúncio público realizado pelos Ofertantes deverá incluir necessariamente a participação do Coordenador Líder na Emissão.

## **15. MANDATO**

**15.1** O Fundo, representado pela Gestora, ao celebrar o presente Contrato, autoriza que o Coordenador Líder adotem todas as providências necessárias, inclusive promover contatos com instituições financeiras, de mercado de capitais e potenciais investidores, nos termos da legislação em vigor, bem como praticar todos os atos indispensáveis à efetivação da Emissão e da Oferta.

**15.2** O Coordenador Líder poderá disponibilizar aos eventuais interessados as informações que sejam consideradas indispensáveis à análise da Emissão e, conseqüentemente, ao sucesso dos objetivos traçados por este Contrato, fornecendo informações que sejam de domínio público.

## **16. MARKET FLEX**

**16.1** O Coordenador Líder reservam-se o direito de, a qualquer momento até a Data de Liquidação, requerer, a seu exclusivo critério, ao Fundo, representado pela Gestora, modificações de quaisquer dos termos, condições, estrutura, remuneração ou demais características da Oferta, caso entendam que tais modificações sejam necessárias para refletir as condições de mercado no momento e para a conclusão satisfatória da Oferta (“*Market Flex*”).

**16.2** O direito do Coordenador Líder ao *Market Flex* será exercível nas situações que incluem, mas não se limitam a: (i) mudanças significativas no ambiente legal e/ou regulatório que disciplina as ofertas públicas (inclusive questões tributárias); (ii) turbulências políticas e/ou econômicas que afetem o retorno esperado pelos potenciais investidores no Fundo; (iii) quaisquer eventos de mercado que impactem a Oferta gerando aumento dos custos ou que prejudiquem a sua razoabilidade econômica; (iv) quaisquer alterações na política econômica vigente e/ou no consenso de mercado

com relação ao aumento de custo e/ou das taxas de juros, que possam prejudicar a distribuição da Oferta; ou (v) quaisquer informações públicas veiculadas na mídia local ou internacional, tanto sobre o Fundo, a Administradora, a Gestora, quanto sobre empresas a eles ligadas direta ou indiretamente que, na análise exclusiva do Coordenador Líder, possam resultar em risco de diminuição ou cancelamento das intenções de investimento por parte dos investidores, resultando em risco de não colocação dos títulos objeto da Oferta.

**16.3** A Gestora reconhece que os documentos e contratos que formalizarão a Oferta deverão conter os direitos ao exercício da condição de *Market Flex* conforme ora previsto e, caso estes venham a ser exercidos, tais documentos e contratos deverão refletir as modificações julgadas necessárias pelo Coordenador Líder. Caso a Gestora não aceite as alterações propostas na hipótese de exercício da condição de *Market Flex* pelo Coordenador Líder, as Partes poderão resilir este Contrato, conforme previsto na Cláusula 11, sem que seja devida a Comissão de Descontinuidade ao Coordenador Líder.

## **17. DESPESAS**

**17.1** O Fundo se compromete a reembolsar o Coordenador Líder por todas as despesas necessárias e comprovadamente incorridas no âmbito da execução do presente Contrato, incluindo, mas não se limitando a, despesas de transporte para reuniões, viagens e estadias a serviço da Gestora e do Fundo e despesas afins (alimentação, hospedagem e deslocamento), no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio pelo Coordenador Líder de cópias dos documentos comprobatórios das despesas com relação às quais for solicitado o reembolso, desde que tais despesas sejam condizentes com os objetivos pretendidos no âmbito deste Contrato e em valores razoáveis. Fica certo e ajustado que toda e qualquer despesa isolada de valor superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) deverá ser prévia e expressamente aprovada pela Gestora.

**17.1.1** Fica desde já certo e ajustado que os valores acordados entre o Fundo e o Coordenador Líder são meras estimativas, e que o Fundo é o exclusivo responsável pelo pagamento de todas as despesas, ainda que superem as estimativas previstas.

**17.1.2** O Fundo será também responsável por quaisquer despesas extraordinárias que venham a ocorrer, inclusive após a liquidação financeira da Oferta, decorrentes de ajustes contratuais, registros ou quaisquer outras despesas inerentes à operação, sendo que nesse caso, todas e quaisquer despesas extraordinárias deverão ser prévia e expressamente aprovadas pelo Fundo.

**17.1.3** As obrigações de reembolso e ressarcimento aqui previstas deverão permanecer em pleno vigor e serão consideradas existentes, válidas e eficazes, mesmo após o decurso do prazo, rescisão ou término deste Contrato.

**17.2** O Fundo arcará, além do Comissionamento, com todas as despesas gerais de estruturação, negociação, colocação e distribuição da Oferta, incluindo, mas não se limitando a (i) despesas com publicações em periódicos; (ii) despesas com registro dos documentos das Cotas e da Oferta nos cartórios e juntas comerciais competentes, conforme aplicável; (iii) custos e despesas gerais de assessores legais; (iv) custos e despesas gerais da Administradora, auditores independentes e demais prestadores de serviços necessários para o funcionamento do Fundo e a realização da Oferta; (v) custos e despesas gerais de impressão dos documentos relacionados à Oferta, conforme aplicável; (vi) taxa de registro junto à B3; (vii) taxa de registro da Oferta e/ou do Fundo junto à CVM e/ou à ANBIMA, conforme aplicável;

(viii) despesas gerais com viagens, hospedagens, alimentação, fotocópias, mensageiros expressos necessários para implementação da Oferta; e (ix) outras despesas necessárias à implementação da Oferta. Caso tais despesas decorram de serviços contratados pelo Coordenador Líder, o reembolso deverá ocorrer conforme a Cláusula 18.1 acima.

## **18. COMUNICAÇÕES**

**18.1** Qualquer comunicação referente a este Contrato deverá ser realizada por escrito e será considerada recebida: (a) na data de sua transmissão com emissão de confirmação, se enviada por e-mail; ou (b) na data do efetivo recebimento, se enviada por carta registrada com aviso de recebimento ou courier. As comunicações deverão ser realizadas para os seguintes endereços:

Se para o Fundo e/ou a Administradora:

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida República do Chile, nº 330, Torre Oeste, 14º andar, Rio de Janeiro, RJ

Telefone: [=]

E-mail: [=]

Se para a Gestora:

**SPARTA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**

Rua Fidêncio Ramos, nº 213, Conj. 61

Vila Olímpia, CEP 04551-010

São Paulo – SP

At.: Ulisses Nehmi

Tel.: (11) 5054-4700

E-mail: [ulisses.nehmi@sparta.com.br](mailto:ulisses.nehmi@sparta.com.br) / [juridico@sparta.com.br](mailto:juridico@sparta.com.br)

Se para o Coordenador Líder:

**ITAÚ BBA ASSESSORIA FINANCEIRA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 2º andar

Itaim Bibi, CEP 04.538-132 - São Paulo – SP

At.: Caio Sella Rhormens

E-mail: [caio.rhormens@itaubba.com](mailto:caio.rhormens@itaubba.com) com cópia para [ibba-miboperacoes@itaubba.com](mailto:ibba-miboperacoes@itaubba.com)

## **19. VIGÊNCIA**

**19.1** O presente Contrato é celebrado nesta data e permanecerá vigente até a data do cumprimento, pelas Partes, de todas as obrigações, principais e acessórias, daqui decorrentes, observado o disposto nas Cláusulas 10, 11, 12 e 13 acima, o que ocorrer primeiro ("Período de Vigência").

## **20. PERÍODO DE SILÊNCIO**

**20.1** Os Ofertantes e o Coordenador Líder não deverão utilizar ou divulgar qualquer informação ou material publicitário, não autorizar qualquer de seus funcionários a conceder entrevistas ou atender jornalistas sobre qualquer assunto relacionado à Oferta, inclusive por meio de manifestação sobre o Fundo, da data mais antiga entre: (i) o ato deliberativo de aprovação da Oferta; ou (ii) o 30º (trigésimo) dia que antecede o protocolo de registro da Oferta na CVM ou na entidade autorreguladora, conforme o caso; e se encerra na data do Anúncio de Encerramento, observado o disposto no artigo 11 da Resolução CVM 160 (“Período de Silêncio”).

**20.2** O Coordenador Líder, neste ato, coloca-se à inteira disposição da Gestora para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao Período de Silêncio e solicita especial atenção dos Ofertantes e de seus representantes para as questões relativas ao Período de Silêncio

**20.3** A Gestora se compromete a cooperar com o Coordenador Líder e disponibilizar todas as informações e documentos que sejam razoavelmente requeridos pelo Coordenador Líder para que este possa prestar seus serviços.

**20.4** O Coordenador Líder não poderá ser responsável: (a) pelo conteúdo dos pareceres, memorandos, relatórios, planilhas ou contratos dos consultores ou assessores contratados pela Gestora, ou, eventualmente, pelo Coordenador Líder, em nome da Gestora; e/ou (b) por verificar a autenticidade, legitimidade e veracidade das informações fornecidas por estes, por potenciais investidores ou seus assessores em relação aos serviços a serem prestados e/ou à Oferta.

## **21. CESSÃO**

**21.1** Este Contrato não poderá ser cedido por qualquer das Partes sem a prévia e expressa anuência das demais Partes, exceto no caso do Coordenador Líder, que poderá ceder seus direitos e obrigações decorrentes do presente Contrato para qualquer Afiliada, mediante aprovação formal escrita dos Ofertantes.

## **22. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1** O não exercício de qualquer direito decorrente deste Contrato por qualquer Parte não constituirá renúncia de tal direito. Caso qualquer das disposições contidas neste Contrato seja considerada inválida, ilegal ou inexecutável: (a) a validade, legalidade ou executabilidade das demais disposições deste Contrato não será por isso prejudicada; e (b) as Partes negociarão, de boa-fé, a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexecutáveis, por disposições válidas, legais e executáveis cujo efeito seja o mais próximo possível do efeito das disposições inválidas, ilegais ou inexecutáveis.

**22.2** Este Contrato contém todos os termos acordados entre as Partes e prevalecerá em relação a outros entendimentos anteriores, sendo certo que seus termos não poderão ser alterados, exceto por escrito e de comum acordo entre as Partes e observado o disposto nas Cláusulas 16 e 23.10 deste Contrato.

**22.3** As Partes declaram, mútua e expressamente, que este Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de propriedade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das partes e em perfeita relação de equidade.

**22.4** O Interveniente Anuente comparece ao presente Contrato reconhecendo sua existência, validade e executabilidade, e expressamente anuindo com todos os termos e condições dispostos no presente instrumento.

**22.5** Para o desenvolvimento dos trabalhos nos termos deste Contrato, o Coordenador Líder poderá considerar informações prestadas pela Gestora, suas Afiliadas e seus respectivos assessores, ou por outros consultores contratados, adicionalmente às fontes públicas. O Coordenador Líder não fará qualquer verificação independente quanto à suficiência, veracidade, precisão, consistência e atualidade destas informações, não podendo ser invocada, contra o Coordenador Líder, qualquer responsabilidade caso tal informação seja incorreta, incompleta ou indevida.

**22.6** Os cabeçalhos incluídos neste Contrato o foram somente para conveniência de referência e não para ser uma parte de, ou afetar o significado ou interpretação, deste Contrato. As palavras e termos aqui utilizados e não expressamente definidos deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com o conceito consagrado no mercado de capitais brasileiro.

**22.7** As decisões que forem tomadas pelos Ofertantes são de suas únicas e exclusivas responsabilidades, em função das próprias análises dos riscos e benefícios envolvidos na realização da Oferta. Assim, os Ofertantes e suas Afiliadas, conforme o caso, manterão o Coordenador Líder e seus profissionais indenados com relação a toda e qualquer responsabilidade por perdas, danos, despesas e demandas judiciais de terceiros surgidas a partir da data de assinatura deste Contrato.

**22.8** Exceto quando previsto expressamente de modo diverso no presente Contrato, por “Dia Útil” ou “Dias Úteis” entende-se qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados nacionais ou aqueles sem expediente na B3.

**22.9** As decisões que forem tomadas pela Gestora e/ou pela Administradora são de suas únicas e exclusivas responsabilidades, em função das próprias análises dos riscos e benefícios envolvidos na realização da Oferta. Assim, a Gestora, a Administradora e suas Afiliadas, conforme o caso, manterão o Coordenador Líder e seus profissionais indenados com relação a toda e qualquer responsabilidade por perdas, danos, despesas e demandas judiciais de terceiros surgidas a partir da data de assinatura deste Contrato.

**22.10** As Partes reconhecem que as declarações de vontade das partes contratantes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado (i) o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou (ii) outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo artigo 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito. Na forma acima prevista, o presente Contrato, pode ser assinado digitalmente por meio eletrônico conforme disposto nesta cláusula.

**22.11** As Partes reconhecem e concordam que, independentemente da data de conclusão das assinaturas eletrônicas, os efeitos do presente instrumento retroagem à data abaixo indicada.

**22.12** Este Contrato vincula as partes, e os seus respectivos sucessores e cessionários.



**22.13** Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

**22.14** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, estado de São Paulo, como o único competente para conhecer e dirimir qualquer controvérsia relacionada a este Contrato, havendo formal e expressa renúncia pelas Partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam este Contrato eletronicamente, sem a necessidade de 2 (duas) testemunhas, nos termos do §4º do artigo 784 do Código de Processo Civil.

São Paulo, [=] de [=] de 2025.

*(Página de assinaturas do Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Cotas da 2ª (Segunda) Emissão do Classe Única do Sparta Infra Inflação Longa Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Infraestrutura - Responsabilidade Limitada)*

**CLASSE ÚNICA DO SPARTA INFRA INFLAÇÃO LONGA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA - RESPONSABILIDADE LIMITADA**

*representado pela sua Gestora*

**SPARTA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**SPARTA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**

*Gestora*

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**ITAÚ BBA ASSESSORIA FINANCEIRA S.A.**

*Coordenador Líder*

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*Administradora*

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**SPARTA INFRA INFLAÇÃO LONGA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA - RESPONSABILIDADE LIMITADA**

*representado pela sua Gestora*

**SPARTA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

